

INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

M

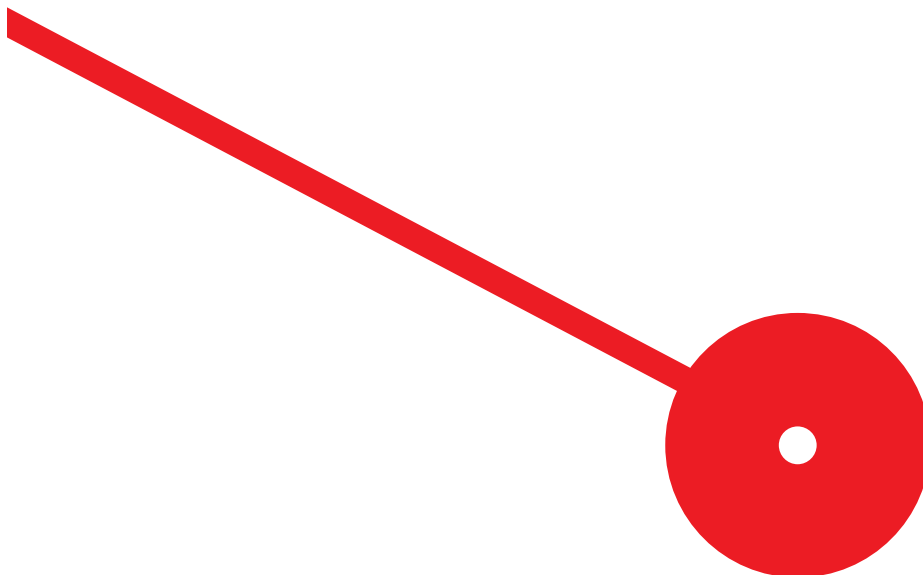
MESTRADO
Auditoria

Relatório de Estágio: A Importância da Auditoria

Miguel Oliveira Silva

2024/2025

Miguel Oliveira Silva. Relatório de Estágio: A Importância da Auditoria
da Auditoria
2024/2025



INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

M

MESTRADO
Auditoria

Relatório de Estágio: A Importância da Auditoria

Miguel Oliveira Silva

**Relatório de Estágio
apresentado ao Instituto Superior de
Contabilidade e Administração do Porto para a
obtenção do grau de Mestre em Auditoria, sob
orientação de Professora Doutora Alcina Augusta
de Sena Portugal Dias.**

Miguel Oliveira Silva. Relatório de Estágio: A Importância da Auditoria
da Auditoria
2024/2025

Agradecimentos

A conclusão deste relatório de estágio marca o encerramento de uma etapa importante da minha formação académica.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, pelo apoio constante, pela compreensão demonstrada ao longo deste percurso e por acreditarem nas minhas escolhas.

Expresso também o meu sincero agradecimento à equipa da Vinga, Almeida e Araújo, SROC, Lda., pela forma calorosa como fui acolhido, pela disponibilidade, orientação e conhecimento partilhado durante o estágio.

Agradeço à Professora Alcina Augusta Sena Portugal Dias, minha orientadora, pelo acompanhamento atento, pelos conselhos e pela dedicação demonstrada ao longo desta fase.

Ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, pelas condições de excelência disponibilizadas e pela qualidade do corpo docente, deixo igualmente o meu reconhecimento.

Por fim, aos meus amigos, que tornaram este percurso mais leve e memorável, o meu muito obrigado.

Dedicatória

Dedico este relatório aos meus pais, pelo amor incondicional, pelo apoio inabalável e por nunca deixarem de acreditar em mim. Foram a base da minha educação, o alicerce nos momentos de incerteza e a maior inspiração para alcançar cada objetivo. Este marco é, em grande parte, fruto do vosso exemplo, dedicação e valores transmitidos ao longo da vida.

Resumo

O presente relatório de estágio foi elaborado no âmbito do Mestrado em Auditoria do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto e resulta da experiência profissional desenvolvida na sociedade de revisores oficiais de contas Vinga, Almeida & Araújo, SROC, Lda. O principal objetivo do trabalho consiste em refletir sobre o papel da auditoria externa na credibilização da informação financeira, com especial enfoque no contexto das pequenas e médias empresas, atendendo à sua realidade estrutural e organizacional.

A investigação assentou numa metodologia mista, de natureza qualitativa e quantitativa, baseada na observação participante, análise documental e execução prática de tarefas de auditoria, nomeadamente nas fases de aceitação de clientes, avaliação do sistema de controlo interno, planeamento estratégico e execução de procedimentos substantivos.

O relatório estrutura-se em três capítulos centrais: uma revisão da literatura, onde se abordam os conceitos fundamentais da auditoria financeira, o enquadramento normativo das normas internacionais de auditoria, a relevância dos sistemas de controlo interno e o papel institucional do auditor externo; um capítulo metodológico, onde se define o modelo de análise construído a partir de três asserções-chave, traduzidas em quatro questões de investigação; e por fim, um capítulo empírico, que descreve e interpreta as atividades desenvolvidas durante o estágio, em estreita articulação com a teoria.

Os principais resultados obtidos permitem concluir que a tecnologia fortalece os sistemas de controlo interno, potenciando a eficácia dos procedimentos de auditoria; um controlo interno eficaz contribui para a otimização da auditoria, ajustando a extensão dos testes substantivos; e a auditoria externa eleva a fiabilidade da informação financeira, reforçando a confiança dos stakeholders nas demonstrações financeiras. A articulação entre os referenciais normativos e a prática real revelou-se essencial para o desenvolvimento de competências técnicas e profissionais, valorizando a experiência enquanto processo formativo.

Palavras-chave: Auditoria Financeira; Sistema de Controlo Interno; Normas ISA; Tecnologia da Informação; Confiabilidade da Informação Financeira.

Abstract

This internship report was written as part of the Master's Degree in Auditing at the Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto and is the result of the professional experience carried out at the auditing firm Vinga, Almeida & Araújo, SROC, Lda. The main objective of the work is to reflect on the role of external auditing in making financial information credible, with a special focus on the context of small and medium-sized companies, taking into account their structural and organizational reality.

The research was based on a mixed methodology, of a qualitative and quantitative nature, based on participant observation, document analysis and the practical execution of auditing tasks, namely in the phases of accepting clients, assessing the internal control system, strategic planning and carrying out substantive procedures.

The report is structured in three central chapters: a literature review, which addresses the fundamental concepts of financial auditing, the regulatory framework of international auditing standards, the relevance of internal control systems and the institutional role of the external auditor; a methodological chapter, which defines the analysis model based on three key assertions, translated into four research questions; and finally, an empirical chapter, which describes and interprets the activities carried out during the internship, in close articulation with the theory.

The main results obtained lead to the conclusion that technology strengthens internal control systems, boosting the effectiveness of auditing procedures; effective internal control helps to optimize auditing, adjusting the extent of substantive testing; and external auditing increases the reliability of financial information, strengthening stakeholder confidence in the financial statements. The link between normative references and actual practice proved to be essential for the development of technical and professional skills, valuing experience as a training process.

Keywords: Financial Auditing; Internal Control System; ISA Standards; Information Technology; Reliability of Financial Information.

Índice

Capítulo - Introdução	1
Capítulo I – Revisão de Literatura	4
1 Auditoria.....	5
1.1 Aspetos Gerais da Auditoria.....	5
1.1.1 Auditoria Externa	5
1.1.2 Auditoria Interna.....	6
1.1.3 Normas de Auditoria	6
1.1.4 Objetivo, Objeto e Âmbito da Auditoria Financeira	9
1.2 O Processo de Auditoria.....	10
1.2.1 Planeamento, Avaliação de Risco e Materialidade	12
1.2.2 Amostragem	13
1.2.3 A Prova em Auditoria e as Aserções das Demonstrações Financeiras .	13
1.2.4 Papéis de Trabalho.....	14
1.3 Controlo Interno	14
1.3.1 Objetivos do Controlo Interno	15
1.3.2 Limitações Inerentes ao Controlo Interno	16
1.3.3 Componentes do Controlo Interno	16
1.3.4 Compreensão e avaliação do Sistema de Controlo Interno	18
1.3.5 Revisão aos Controlos Internos	20
1.4 Auditoria aos Documentos de Prestação de Contas	21
1.4.1 Relatório de Gestão	22
1.4.2 Balanço	22
1.4.3 Demonstração de Resultados.....	22
1.4.4 Outros	23
1.5 Conclusões e Relatório de Auditoria	23

1.5.1	Últimos procedimentos anteriores à emissão do Relatório de Auditoria / Certificação Legal das Contas	23
1.5.1.1	Ajustamentos e Reclassificações de Auditoria	23
1.5.1.2	Acontecimentos Subsequentes	23
1.5.1.3	Apreciação das Demonstrações Financeiras.....	24
1.5.1.4	Revisão global do trabalho realizado.....	24
1.5.1.5	Declaração do órgão de gestão	24
1.5.2	Certificação Legal das Contas	25
Capítulo II – Metodologia.....		26
2	Metodologias de Investigação	27
2.1	Tipos de Metodologias	27
2.1.1	Metodologia Quantitativa	28
2.1.2	Metodologia Qualitativa	28
2.1.3	Metodologia Utilizada	29
2.1.3.1	Metodologia qualitativa.....	29
2.1.3.2	Metodologia quantitativa.....	30
2.1.3.3	Técnicas e Instrumentos	30
2.1.4	Formulação das Aserções de Investigação.....	30
2.1.5	Modelo de Análise.....	31
Capítulo III – Caso Prático.....		34
3	Caso Prático.....	35
3.1	Entidade de Acolhimento	35
3.1.1	Identificação da Entidade	35
3.1.2	História e Evolução da Entidade	36
3.1.3	Estrutura e Enquadramento Organizacional	36
3.1.4	Compromisso com a Qualidade e a Profissão	37
3.1.5	Tecnologias.....	37

3.2	Caraterização do Estágio	38
3.3	Detalhe das atividades desenvolvidas.....	38
3.3.1	Manuais Internos	39
3.3.1.1	Sistema Interno de Controlo de Qualidade: Manual de Políticas e Procedimentos de Controlo Interno de Qualidade.....	40
3.3.1.2	Sistema de Gestão da Qualidade	42
3.3.2	Dossier Permanente	44
3.3.2.1	Informações Gerais.....	44
3.3.2.2	Revisão das Contas.....	45
3.3.2.3	Outros Dados	46
3.3.2.4	Conhecimento do Negócio	48
3.3.2.5	SISC – Sistema de Informação e Sistema Contabilístico	49
3.3.2.6	SCI – Sistema de Controlo Interno.....	51
3.3.3	Dossier Corrente: CLC - Modelos e Mapas de Trabalho	54
3.3.3.1	Compromisso.....	54
3.3.3.2	Identificação de Riscos.....	56
3.3.3.3	Planeamento Estratégico.....	58
3.3.3.4	Execução.....	61
	Capítulo - Conclusão	62
4	Resultados do Estágio face ao Modelo de Análise.....	63
4.1	A1. A tecnologia fortalece o controlo interno	63
4.1.1	Q1: A utilização de tecnologias de informação (ex.: ERP) pelas empresas influencia significativamente a eficácia dos controlos internos e, conseqüentemente, a qualidade da auditoria?.....	63
4.2	A2. O controlo interno otimiza a auditoria.....	64
4.2.1	Q2: A avaliação positiva do controlo interno de uma empresa permite reduzir a extensão dos testes substantivos a realizar?	64
4.3	A3. A auditoria eleva a fiabilidade financeira.....	64

4.3.1	Q3: De que forma a auditoria, executada com base nas normas e princípios profissionais, contribui para aumentar a confiança na informação financeira? ..	64
4.3.2	Q4: Qual a importância da auditoria externa numa empresa?.....	65
5	Nota Conclusiva	65
Referências bibliográficas		68
Apêndice I – Descrição Analítica do Estágio.....		73
1	Clientes, Vendas e Prestação de Serviços	74
1.1	Circularização de Clientes	74
1.2	Mapas Controlo de Imparidades.....	74
1.3	Vendas – Validação Listagem de Faturação (Numeração e Sequência Datas)	74
1.4	Variações de Faturação.....	75
1.5	Validação E-Fatura	75
1.6	Teste Controlo Interno Vendas.....	75
2	Fornecedores e Compras	75
2.1	Circularização Externa	76
2.2	Análise Gastos Fixos	76
2.3	Teste Controlo Interno Compras	76
3	Inventários, Consumos e Variações	77
3.1	Contagem Física VS Inventário Final	77
3.2	Teste Controlo Interno Inventários.....	77
3.3	Acompanhamento das Contagens.....	78
3.4	Análise Margem Bruta.....	78
3.5	Instruções escritas para a realização das contagens físicas das existências	78
4	Pessoal, Salários e Trabalho Dependente	79
4.1	Processamento Salarial.....	79
4.2	Registo Cadastral do Pessoal.....	80
4.3	Teste à estimativa Férias e Subsídio Férias	80

5	Estado	80
5.1	Validar o saldo do Estado	81
6	Investimentos	81
6.1	Mensuração de Investimentos Não Financeiros	81
6.2	Investimentos sujeitos a Registo	82
6.3	Avaliação Índícios Imparidade	82
6.4	Formulário Avaliação Interna – Prédios Rústicos e Urbanos.....	83
7	Responsabilidades com Sociedades Financeiras	83
7.1	Empréstimos Obtidos	83
7.2	Circularização de Instituições Financeiras	84
7.3	Análise de Gastos e Perdas de Financiamento	85
8	Meios Financeiros Líquidos	85
8.1	Caixa.....	85
8.2	Depósitos Ordem	86
8.3	Outros Instrumentos Financeiros.....	86
8.4	Teste Controlo Interno Caixa	86
9	Revisão das Demonstrações Financeiras e Relatório Gestão	87
9.1	Avaliação dos Saldos de Abertura.....	87
9.2	Avaliação dos Acontecimentos Subsequentes.....	87
9.3	Avaliação do Pressuposto da Continuidade.....	88
9.4	Avaliação do Relatório de Gestão	88
9.5	Validação de Balanço + Demonstração de Resultados	88
9.6	Validação do Anexo	89
9.7	Políticas Contabilísticas.....	89
10	Trabalhos Finais	90
11	Outros Ciclos	91

Índice de Figuras

Figura 1 - Modelo de Análise das Asserções	32
--	----

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Organização das ISAs	7
Tabela 2 - Fases da Auditoria.....	10
Tabela 3 - Asserções de Investigação.....	31

Lista de abreviaturas

AICPA – *American Institute of Certified Public Accountants*

AT – Autoridade Tributária

BCFT – Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo

CAE – Código de Atividade Económica

CI – Controlo Interno

CLC – Certificação Legal das Contas

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*

DF – Demonstrações Financeiras

DMR – Declaração Mensal de Remunerações

DOG – Declaração do Órgão de Gestão

DP – Dossier Permanente

DRI – Declaração de Remunerações por Internet

DUA – Documento Único Automóvel

EOROC – Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

ERP – *Enterprise Resource Planning*

GAFI – Grupo de Ação Financeira

GAT – Guia de Aplicação Técnica

IAASB – *International Auditing and Assurance Standards Board*

IAPC – *International Auditing Practices Committee*

IFAC – *International Federation of Accountants*

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

IIA – *Institute of Internal Auditors*

INTOSAI – *International Organisation of Supreme Audit Institutions*

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

IPAI – Instituto Português de Auditoria Interna

IRC – Imposto sobre o Rendimento Coletivo

IRS – Imposto sobre o Rendimento Singular

ISA – *International Standards on Auditing*

ISQC – *International Standards on Quality Control*

ISQM – *International Standard on Quality Management*

IVA – Imposto de Valor Acrescentado

NCRF – Normas Contabilísticas de Relato Financeiro

NIF – Número de Identificação Fiscal

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

PME – Pequenas e Médias Empresas

PPE – Pessoas Politicamente Expostas

RC – Relatório e Contas

RCBE – Registo Central do Beneficiário Efetivo

RDM – Risco de Distorção Material

ROC – Revisores Oficiais de Contas

SABI – Sistema de Análise de Balanços Ibéricos

SAF-T – *Standard Audit File for Tax Purposes*

SCI – Sistema de Controlo Interno

SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade

SIPTA – Sistema Informático de Papéis de Trabalho de Auditoria

SISC – Sistema de Informação e Sistema Contabilístico

SROC – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

TC – Tribunal de Contas

UC – Unidade Curricular

UE – União Europeia

VPN – *Virtual Private Network*

VPT – Valor Patrimonial Tributário

CAPÍTULO - INTRODUÇÃO

A crescente complexidade dos mercados financeiros, associada ao aumento das exigências de transparência e responsabilização por parte dos reguladores e investidores, tem vindo a reforçar o papel da auditoria como um mecanismo de confiança e estabilidade no sistema económico. A fiabilidade da informação financeira, assegurada por processos rigorosos de verificação e validação, constitui um elemento essencial para decisões sustentadas por parte dos diversos stakeholders.

Neste quadro, a auditoria externa assume um papel determinante ao certificar que as demonstrações financeiras refletem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira e os resultados das entidades. Esta função de validação técnica e institucional contribui para mitigar riscos de distorções materiais e promove a credibilização dos agentes económicos junto de mercados, instituições financeiras e entidades reguladoras.

Contudo, a aplicação prática das *International Standards on Auditing*, desenvolvidas para enquadrar contextos empresariais complexos, revela-se particularmente desafiante quando transposta para realidades de menor dimensão, como é o caso das pequenas e médias empresas, que dominam o tecido empresarial português. A ausência de segregação de funções, a informalidade dos procedimentos e a centralização das decisões são características frequentes neste tipo de entidades, exigindo ao auditor um elevado grau de julgamento profissional na identificação de riscos, avaliação do controlo interno e definição da estratégia de auditoria.

O presente relatório resulta da realização de um estágio curricular na sociedade de revisores oficiais de contas Vinga, Almeida & Araújo, SROC, Lda., no âmbito do Mestrado em Auditoria do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Tendo como base esta experiência prática, o relatório procura refletir sobre os desafios operacionais da auditoria a PME e, simultaneamente, contribuir para a compreensão do modo como os auditores podem reforçar a confiança nos sistemas de controlo interno destas entidades.

O trabalho orienta-se por três asserções de investigação, operacionalizadas em quatro questões aplicadas ao caso concreto:

- Q1: A utilização de tecnologias de informação (ex.: ERP) pelas empresas influencia significativamente a eficácia dos controlos internos e, consequentemente, a qualidade da auditoria?

- Q2: A avaliação positiva do controlo interno de uma empresa permite reduzir a extensão dos testes substantivos a realizar?
- Q3: De que forma a auditoria, executada com base nas normas e princípios profissionais, contribui para aumentar a confiança na informação financeira?
- Q4: Qual a importância da auditoria externa numa empresa?

Para responder a estas questões, foi adotada uma metodologia mista, de natureza qualitativa e quantitativa, assente na observação participante, análise documental e realização prática de tarefas de auditoria nas fases de aceitação do cliente, planeamento, avaliação do controlo interno e execução substantiva.

Este percurso empírico permitiu articular os referenciais normativos com a realidade observada, contribuindo para validar ou refutar as asserções teóricas formuladas. Contudo, importa referir que as conclusões do estudo não são generalizáveis, dado que resultam da experiência concreta obtida num conjunto limitado de entidades auditadas, em contexto de estágio. Ainda assim, constituem um contributo relevante para a reflexão crítica sobre a auditoria em contexto real, particularmente em ambientes organizacionais de menor complexidade.

O relatório está estruturado em três capítulos principais. O primeiro apresenta a revisão da literatura sobre auditoria, normas internacionais, controlo interno e papel do auditor externo. O segundo capítulo descreve a metodologia adotada e o modelo de análise. O terceiro capítulo centra-se na componente prática, descrevendo as tarefas desenvolvidas ao longo do estágio e promovendo uma articulação crítica com o enquadramento teórico, culminando numa análise dos resultados obtidos face às questões de investigação.

CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA

A presente revisão de literatura tem como objetivo reunir e analisar contributos académicos relevantes que fundamentam teoricamente o tema em estudo. Pretende-se identificar as principais abordagens, conceitos e perspectivas desenvolvidas por diversos autores, com especial enfoque na sua aplicabilidade ao contexto português

1 Auditoria

O Tribunal de Contas (TC) é, hoje, fruto de uma experiência secular, com 635 anos de existência, uma das instituições de controlo das finanças públicas mais antigas, em particular na Europa. As suas raízes remontam à Casa dos Contos do distante ano de 1389 e seguem historicamente para o Erário Régio em 1761, depois para o Tribunal do Tesouro Público em 1832 e para o Conselho Fiscal de Contas em 1844. Em 10 de novembro de 1849 foi a criação da instituição com a designação de TC - Instituição necessária em qualquer Governo regular, qualquer que seja a forma e princípio da sua constituição (tal como refere o Diário do Governo n.º 267, de 12 de novembro de 1849).

O TC, em reunião do Plenário da 2.ª Secção, de 28 de janeiro de 1999, delibera, ao abrigo do art.º 78.º, n.º 1, al. d), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, o Manual de Auditoria e de Procedimentos. Neste manual o TC cita duas definições de auditoria. A primeira definição, dada pelo *International Federation of Accountants* (IFAC), define a auditoria como uma verificação ou exame feito por um auditor dos documentos de prestação de contas com o objetivo de o habilitar a expressar uma opinião sobre os referidos documentos de modo a dar aos mesmos a maior credibilidade (TC, 1999). A outra definição, dada pelo *International Organisation of Supreme Audit Institutions* (INTOSAI), define que auditoria é o exame das operações, atividades e sistemas de determinada entidade, com vista a verificar se são executados ou funcionam em conformidade com determinados objetivos, orçamentos, regras e normas (TC, 1999).

1.1 Aspectos Gerais da Auditoria

1.1.1 Auditoria Externa

O Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (2009) define a auditoria externa como aquela realizada por um organismo ou entidade independente da empresa auditada. Acrescenta ainda que o objetivo da auditoria externa é, por meio da elaboração dos relatórios pertinentes, emitir um parecer sobre as contas e declarações financeiras, a

regularidade e a legalidade das operações, bem como sobre a gestão financeira da organização auditada.

De acordo com a IFAC (2018), a auditoria externa é uma verificação ou exame feito por um auditor dos documentos de prestação de contas com o objetivo de o habilitar a expressar uma opinião sobre os referidos documentos de modo a dar aos mesmos a maior credibilidade.

1.1.2 Auditoria Interna

O Instituto Português de Auditoria Interna (IPAI) é uma associação profissional sem fins lucrativos, criada em Portugal a 6 de março de 1992 e reconhecida pelo *Institute of Internal Auditors* (IIA), como o seu chapter nº 253. O IPAI, representa em Portugal o IIA e a profissão de Auditor Interno, para o que promove a associação de todos os profissionais e outros interessados pela auditoria interna.

Procurando respeitar o lema do IIA - “*progress through sharing*” - o IPAI, entre outras realizações, organiza anualmente em Portugal uma conferência anual e fóruns de auditoria interna, promove ou colabora em ações de formação, edita e atualiza, na versão portuguesa, as Normas para a Prática Profissional de Auditoria Interna e outras publicações, edita a revista “Auditoria Interna”. O IPAI apoia também a criação de gabinetes de auditoria interna a pedido das organizações ou de colegas designados para a coordenação dessas unidades. Desenvolve também projetos de avaliação de qualidade e aperfeiçoamento contínuo de unidades de auditoria interna.

O IPAI é ainda membro da Confederação Europeia dos Institutos de Auditoria Interna.

Segundo IPAI (2009), a auditoria é uma atividade independente, de garantia e de consultoria, destinada a acrescentar valor e a melhorar as operações de uma organização. Ajuda a organização a alcançar os seus objetivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada, na avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gestão de risco, de controlo e de governação.

1.1.3 Normas de Auditoria

No panorama internacional, a entidade responsável pelo desenvolvimento das International Standards on Auditing (ISA) e das *International Standard on Quality Management* (ISQM) é o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB), supervisionado e apoiado pelo IFAC.

O IFAC foi fundado a 7 de outubro de 1977, em Munique, Alemanha, no 11º Congresso Mundial de Contabilistas para fortalecer a profissão contabilística global no interesse público através de:

- Desenvolver normas internacionais de alta qualidade em auditoria e garantia, contabilidade do sector público, ética e educação para contabilistas profissionais e apoiar a sua adoção e utilização;
- Facilitar a colaboração e a cooperação entre as suas organizações-membro;
- Colaborar e cooperar com outras organizações internacionais;
- Atuando como porta-voz internacional da profissão contabilística.

O IAASB foi fundado em março de 1978 como *International Auditing Practices Committee* (IAPC) sob os auspícios da IFAC. O seu trabalho inicial centrou-se em três áreas:

- Objeto e âmbito das auditorias às demonstrações financeiras;
- Cartas de compromisso;
- Orientações gerais de auditoria.

Em 1991, as orientações da IAPC foram recodificadas como ISAs. As ISAs têm como finalidade principal estabelecer uma base consistente e de elevada qualidade para a realização de auditorias financeiras, assegurando a confiança nos relatórios financeiros auditados e promovendo a credibilidade global da informação financeira. As ISAs são geralmente organizadas nos seguintes grupos:

Tabela 1 - Organização das ISAs

Grupo	ISAs
Princípios Gerais e Responsabilidades	200-265
Avaliação do Risco e Resposta a Riscos Avaliados	300-450

Prova de Auditoria	500-580
Utilização do Trabalho de Outros Profissionais	600-620
Conclusões de Auditoria e Relato	700-720
Áreas Especializadas	800-810

As ISQMs surgiram como uma evolução *das International Standards on Quality Control* (ISQC) para reforçar a gestão de qualidade nas firmas de auditoria e garantia. Entraram em vigor a 15 de dezembro de 2022.

A ISQM 1, a qual substituiu a ISCQ 1, introduziu uma abordagem baseada no raciocínio de risco e abrange ainda a liderança, ética, recursos, execução do trabalho e monitorização. Já a ISQM 2 foca-se nos trabalhos sujeito a revisões independentes de qualidade, bem como a definição dos critérios para selecionar revisores e assegurar a qualidade.

A ISA 220 revista complementa as ISQMs ao nível do trabalho individual.

Na perspetiva nacional, houve a criação dos Guias de Aplicação Técnica (GAT) emitidos pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

A publicação do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de novembro, institui a OROC como ordem profissional. Dada a crescente relevância que vinha sendo reconhecida ao papel do ROC na defesa do interesse público, subjacente à credibilidade do exame às contas de empresas e outras entidades, e a preocupação de submeter à jurisdição da respetiva associação pública profissional tudo o que respeita à atividade de revisão legal das contas, auditoria e serviços relacionados, justificaram que dentro do quadro constitucional das associações públicas ocorresse a passagem da Câmara a Ordem.

Em 2006, Portugal adotou oficialmente as ISAs, seguindo a recomendação da União Europeia (UE) e o alinhamento com os padrões do IAASB. As ISAs, embora claras na definição de princípios, deixavam margem para dúvidas e adaptações práticas no contexto português, especialmente em áreas específicas como pequenas e médias empresas (PME) e requisitos legais locais. A legislação portuguesa exigia dos Revisores Oficiais de Contas (ROC) a adaptação das suas práticas para garantir conformidade com

normas de qualidade e requisitos de auditoria, especialmente após a transposição da Diretiva 2006/43/CE sobre auditoria estatutária.

A OROC reconheceu a necessidade de apoiar os ROCs na interpretação e aplicação prática das ISAs, bem como no cumprimento das responsabilidades legais e regulamentares nacionais.

A primeira GAT publicada pela OROC foi a GAT sobre Auditoria em PMEs, em 2007. O GAT nº1 (revisto), de 8 de fevereiro de 2017, publicado pela OROC, refere que o novo EOROC contempla a aplicação das ISA, tendo as normas nacionais caráter supletivo.

Segundo Lopes (2017), as GATs garantem consistência uniformizando a aplicação das ISAs em Portugal, facilitam o exercício da profissão proporcionando ferramentas práticas para os ROC, especialmente em áreas onde as ISAs eram vistas como genéricas ou excessivamente complexas para o contexto português, respeitam os princípios de qualidade e ética assegurando que os ROC mantenham os mais elevados padrões de qualidade e conformidade, e respondem à necessidade dos membros na medida em que havia pedidos diretos da comunidade profissional por orientação adicional.

1.1.4 Objetivo, Objeto e Âmbito da Auditoria Financeira

De acordo com a ISA 200, o objetivo de uma auditoria de demonstrações financeiras é o de habilitar o auditor a expressar uma opinião (obtido garantia razoável de fiabilidade) se as demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com uma estrutura conceptual de relato financeiro aplicável.

O objeto da auditoria financeira são as demonstrações financeiras da entidade auditada.

Na mesma norma entende-se que o termo “âmbito de uma auditoria” refere-se aos procedimentos de auditoria que, no juízo do auditor e com fundamento nas ISAs, são considerados como apropriados nas circunstâncias para atingir os objetivos da auditoria. Ao determinar os procedimentos de auditoria a serem desempenhados na condução de uma auditoria de acordo com as ISAs, o auditor deve conformar-se com cada uma das normas relevantes à auditoria.

1.2 O Processo de Auditoria

Segundo Arens, *et al.* (2012), o processo de Auditoria pode ser resumido, de forma concisa, em quatro etapas principais que cobrem desde o início da auditoria até à emissão do relatório final. Estas fases encontram-se apresentadas na tabela 2. Este processo visa assegurar a qualidade, eficiência e conformidade dos trabalhos.

Tabela 2 - Fases da Auditoria

Fase I	Acordar os termos do trabalho de auditoria
Fase II	Planear a auditoria
Fase III	Realização (obtenção de prova) da auditoria
Fase IV	Emitir opinião (conclusões da auditoria/relatório)

Numa primeira fase, o auditor estabelece as bases do trabalho a ser realizado:

- Contrato ou Carta de Compromisso: Definido pela ISA 210, este documento formaliza os termos acordados, incluindo: Objetivo e âmbito da auditoria; Responsabilidades do auditor e da entidade; Base para emitir a opinião de auditoria.
- Controlo de Qualidade em Auditoria: Nos termos da ISQM 1, o auditor assegura que os requisitos de qualidade e ética, como independência e competência, estão em conformidade antes de aceitar ou continuar o trabalho.

De seguida, devem ser planeados os trabalhos de campo a serem efetuados. Segundo a ISA 300 e de acordo com o IAASB (2020), planear uma auditoria envolve estabelecer uma estratégia global para o trabalho e desenvolver um plano de auditoria. Um planeamento adequado favorece a auditoria de demonstrações financeiras de várias formas, nomeadamente:

- Ajuda o auditor a dedicar atenção apropriada às áreas relevantes da auditoria;
- Ajuda o auditor a identificar e resolver os potenciais problemas em tempo oportuno;
- Ajuda o auditor a organizar e gerir devidamente o trabalho de auditoria, para que seja executado de maneira eficaz e eficiente;

- Ajuda a selecionar membros da equipa de trabalho com capacidade e competência apropriadas para responder aos riscos antecipados e a afetar adequadamente o trabalho aos mesmos;
- Facilita a orientação e supervisão dos membros da equipa de trabalho e a revisão do seu trabalho;
- Apoia, quando aplicável, a coordenação dos trabalhos por auditores de componentes e por peritos;

Conclui-se então que esta fase é imprescindível para o processo de auditoria, por forma a que a mesma seja eficaz e tempestiva, independentemente da dimensão da entidade a auditar. (IAASB, 2020)

Na terceira etapa, o auditor executa os procedimentos planeados para obter provas suficientes e apropriadas:

- Avaliação de Riscos: Identificação e avaliação de riscos de distorções materiais (ISA 315 e ISA 330).
- Testes de Controlo: Avaliar a eficácia dos controlos internos relevantes.
- Procedimentos Substantivos: Realização de testes detalhados sobre transações, saldos e divulgações.
- Papéis de Trabalho: Registo de todas as etapas, tal como estabelece a ISA 230, para suportar as conclusões. A documentação é essencial para assegurar a transparência, credibilidade e qualidade do trabalho do auditor. Como tal, a expressão "Trabalho não evidenciado é trabalho não realizado" deve ser rigorosamente aplicada em todas as etapas da auditoria.

Por último, na quarta fase, o auditor avalia as provas obtidas e formula a sua opinião sobre as demonstrações financeiras:

- Conclusões da Auditoria: avaliação do cumprimento do enquadramento financeiro aplicável; Consideração de eventos subsequentes e adequação das divulgações.
- Relatório de Auditoria: emitido em conformidade com a ISA 700 e ISAs relacionadas. Inclui: Opinião (sem reservas, com reservas, escusa de opinião, sem ou com reservas, mas com ênfases, impossibilidade de certificação); Bases para a opinião; Comunicação de assuntos chave, se aplicável.

1.2.1 Planeamento, Avaliação de Risco e Materialidade

O planeamento da auditoria é uma etapa fundamental que visa compreender a entidade auditada e o ambiente em que opera, permitindo ao auditor identificar riscos de distorção material nas demonstrações financeiras. Segundo o Manual de Auditoria Interna (2014), a avaliação do risco tem como objetivo adotar procedimentos que reduzam a possibilidade de emitir opiniões inapropriadas e não fundamentadas.

A avaliação do risco de controlo é essencial para determinar a confiança que o auditor pode depositar nos sistemas de controlo interno da entidade. De acordo com Rosas (2015), o risco de controlo está relacionado com os sistemas de controlo interno existentes na empresa e, conseqüentemente, dentro do domínio de influência do cliente.

A materialidade é um conceito central na auditoria, pois orienta o auditor na identificação de áreas que requerem maior atenção. Costa (2010) afirma que existe uma relação inversa entre o risco de deteção e o nível agregado do risco de controlo com o risco inerente, influenciando a extensão dos procedimentos de auditoria.

A relação entre materialidade e risco de auditoria é inversa, sendo essencial que o planeamento contemple esta interdependência. Almeida (2011) destaca que, para mitigar o risco de auditoria, é necessário que o auditor adote procedimentos mais alargados e de maior alcance, como a combinação de testes de detalhe com procedimentos analíticos.

No contexto das PME's, a falta de segregação de funções frequentemente requer uma abordagem mais personalizada e detalhada por parte dos auditores. O estudo de Pinheiro (2021) sobre o planeamento da auditoria externa nas PME's em Portugal enfatiza a necessidade de adaptação às especificidades destas entidades para assegurar a eficácia da auditoria.

A utilização de tecnologias de informação tem um impacto crescente nos sistemas de controlo interno. Ferramentas tecnológicas, como os sistemas ERP, podem reforçar a eficácia dos controlos internos e melhorar a qualidade dos procedimentos de auditoria. No entanto, estas ferramentas também introduzem novos riscos, como vulnerabilidades cibernéticas, que devem ser avaliados pelo auditor.

Em suma, a materialidade, conforme destacado por Brito (2022), em auditoria, o conceito de materialidade está sistematicamente presente, tanto no planeamento do

trabalho como na sua execução e, ainda, na definição da opinião do auditor, ou seja, no relato. O Manual de Gestão e Avaliação do Risco de Fraude (2024), da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, define este processo como abrangendo "todos os processos, atividades, projetos e operações da organização, visando identificar, avaliar e mitigar riscos". Quanto à inter-relação entre materialidade e avaliação de risco, Ribeiro (2016) enfatiza que a determinação da materialidade em auditoria é essencial para estabelecer os procedimentos a adotar, proporcionando a recolha de informação necessária para a formação da opinião do auditor.

1.2.2 Amostragem

De acordo com a ISA 530, a amostragem de auditoria é definida como a aplicação de procedimentos de auditoria a menos de 100% dos itens de uma população relevante, de forma que todas as unidades da amostra tenham uma chance de seleção, permitindo ao auditor obter evidências suficientes e adequadas para formar uma conclusão sobre a população. Na mesma ISA encontramos que o objetivo do auditor quando usa amostragem em auditoria é proporcionar uma base razoável para que possa tirar conclusões da população de onde a amostra é selecionada. Em regra, o auditor atua por amostragem, não examina 100% de um saldo ou classe de transações. Esta é a diferença entre uma auditoria e uma perícia contabilística.

1.2.3 A Prova em Auditoria e as Asserções das Demonstrações Financeiras

A Prova de Auditoria, conforme definição na ISA 500, é a informação usada pelo auditor para chegar às conclusões sobre as quais baseia a sua opinião. A Prova de Auditoria inclui não só a informação contida nos registos contabilísticos subjacentes às demonstrações financeiras, mas também outras informações.

O objetivo do auditor é desenhar e executar procedimentos de auditoria de forma a obter prova de auditoria suficiente e apropriada para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo, permitindo que o auditor obtenha conclusões razoáveis para fundamentar a sua opinião.

A ISA 500 destaca ainda que as asserções das Demonstrações Financeiras (DF) servem como uma base para o auditor desenhar e aplicar procedimentos de auditoria.

Asserções ajudam a identificar tipos potenciais de distorções, a considerar o que pode dar errado e a conceber procedimentos de auditoria.

1.2.4 Papéis de Trabalho

A ISA 230 - Documentação de Auditoria estabelece as responsabilidades do auditor relativamente à preparação e conservação de papéis de trabalho, que constituem o registo do trabalho realizado e das conclusões obtidas durante uma auditoria. Nesta ISA os papéis de trabalho são o registo do trabalho realizado, dos resultados obtidos e das conclusões alcançadas pelo auditor.

O objetivo do auditor ao preparar documentação de auditoria é proporcionar um registo suficiente e apropriado da base para o relatório de auditoria e evidenciar que a auditoria foi planeada e realizada de acordo com as ISAs e com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

“Trabalho não evidenciado é trabalho não realizado” é a expressão corrente da seguinte citação, oriunda da ISA 230, O auditor deve preparar documentação de auditoria que seja suficiente para permitir que um auditor experiente, sem envolvimento prévio no trabalho, compreenda a natureza, a extensão e os resultados dos procedimentos realizados, bem como as conclusões obtidas.

1.3 Controlo Interno

O controlo interno (CI) é definido, pelo *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) como O plano da empresa e todos os métodos e medidas adotados para salvaguarda dos ativos, verificar a exatidão e fiabilidade dos seus dados contabilísticos, promover a eficácia operacional e encorajar a adesão às políticas de gestão definidas.

De acordo com o IIA, o controlo interno compreende qualquer ação tomada pela gestão ou qualquer outra parte para gerir risco e aumentar a probabilidade de que os objetivos estabelecidos e as metas serão alcançadas. A gestão planeia, organiza e dirige o desempenho de ações suficientes para fornecer garantia suficiente que os objetivos e metas serão alcançados.

Segundo a ISA 315, emitida pelo IAASB, o controlo interno é o processo concebido, implementado e mantido pelos encarregados da governação, pela gerência e por outro pessoal para proporcionar segurança razoável acerca da consecução dos objetivos de uma entidade com respeito à fiabilidade do relato financeiro, eficácia e eficiência das operações, e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis. O termo 'controles' refere-se a quaisquer aspetos de um ou mais dos componentes do controlo interno.

O *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)* define controlo interno como um processo da responsabilidade do Conselho de Administração, da gestão executiva ou de outro pessoal da entidade, estabelecido com vista a fornecer garantia razoável a respeito da consecução dos seguintes objetivos da organização: eficácia e eficiência das operações; fiabilidade do relato financeiro; cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis.

1.3.1 Objetivos do Controlo Interno

Os objetivos do controlo interno, conforme definidos pelo IIA (2009), incluem:

- **Confiança e integridade da informação financeira e operacional:** Assegurar que os dados financeiros e operacionais são precisos, completos e fiáveis, servindo de base sólida para a tomada de decisões.
- **Eficiência das operações:** Garantir que as atividades da organização são conduzidas de maneira eficaz e eficiente, permitindo o alcance dos objetivos estabelecidos.
- **Salvaguarda dos ativos:** Proteger os recursos da organização contra perdas, roubos ou uso indevido, preservando o seu valor e utilidade.
- **Cumprimento das leis, regulamentos e contratos:** Assegurar que a organização atua em conformidade com as obrigações legais, regulamentares e contratuais, mantendo a integridade e reputação institucional.

Segundo TC (1999), são várias as metas que o Controlo Interno de uma organização pretende atingir, entre as quais temos:

- Salvar os ativos;
- Garantir a legalidade e a regularidade das operações;

- Garantir que todas as operações, e apenas essas, foram corretamente autorizadas, liquidadas, ordenadas, pagar e registradas;
- Assegurar a oportunidade, a confiança e a integridade das informações de gestão;
- Promover a economia e a eficiência das operações ou atividades da empresa;
- Assegurar que os resultados correspondem aos objetivos definidos.

1.3.2 Limitações Inerentes ao Controle Interno

Segundo Santos (2015), uma das principais limitações do controle interno é a necessidade de assegurar que o custo de implementação e manutenção dos controles não exceda os benefícios obtidos, evitando investimentos desproporcionais.

De acordo com Arens et. al. (2014) transações atípicas ou complexas podem não ser adequadamente monitorizadas pelos sistemas de controle interno, o que aumenta o risco de erros ou fraudes. Além disso, para Arens et. al. (2014) a ocorrência de erros humanos, conluíus entre funcionários e falhas deliberadas da gestão compromete significativamente a eficácia dos sistemas de controle interno. A possibilidade de a administração sobrepor-se ou ignorar os controles internos pode enfraquecer os mecanismos estabelecidos, criando vulnerabilidades no sistema (Arens et al., 2014).

Segundo Santos (2015), embora a tecnologia facilite o controle interno, ela também introduz novos riscos, como falhas técnicas, ciberataques ou parametrizações inadequadas. A falta de envolvimento ou o desinteresse da gestão na implementação de controles internos pode limitar a sua eficácia e comprometer a criação de uma cultura organizacional robusta (Santos, 2015). Na mesma, segundo Santos (2015) a dimensão da empresa pode influenciar a eficácia do controle interno, sendo que empresas pequenas enfrentam restrições de recursos, enquanto organizações grandes lidam com a complexidade das operações.

1.3.3 Componentes do Controle Interno

A seguir, serão apresentados e descritos de forma sucinta os cinco componentes do controlo interno amplamente aceites. Estes componentes foram inicialmente introduzidos em 1992 pelo COSO.

- Ambiente de Controlo

O ambiente de controlo estabelece a base do sistema de controlo interno, influenciando a consciência de controlo de toda a organização, ao refletir os valores éticos, a integridade, a competência dos colaboradores e o estilo de liderança da gestão (COSO, 2013, Internal Control – Integrated Framework).

Segundo Almeida (2017), o ambiente de controlo está relacionado com todas as áreas da organização e influencia o modo como o controlo interno é visto pelos colaboradores. Trata-se do pilar base em relação ao qual as outras componentes do controlo interno se sustentam. Já Pinheiro (2010), defende que o ambiente de controlo é o caracterizador da empresa influenciando a consciência de controlos das pessoas.

- Avaliação de Riscos

A avaliação de riscos é o processo de identificação e análise de riscos relevantes para o alcance dos objetivos da entidade, formando a base para determinar como esses riscos devem ser geridos (COSO, 2013, Internal Control – Integrated Framework). O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar a consecução dos objetivos. Portanto, avaliar os riscos pressupõe que a entidade identifique e analise os riscos relevantes para a realização dos seus objetivos, formando a base para a determinação da forma como os riscos devem ser geridos. E como menciona Almeida (2017), as constantes mudanças no ambiente económico, industrial, legal e operacional obrigam as organizações a estarem atentas e analisarem o modo como elas podem influenciar os seus objetivos. A definição de riscos terá como condição essencial a fixação de objetivos coerentes aos diversos níveis de forma consistente, em duas vertentes: a identificação e a análise dos riscos relevantes (Pinheiro, 2010).

- Atividades de Controlo

As atividades de controlo são as ações estabelecidas através de políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas de gestão sejam implementadas para mitigar os riscos identificados (COSO, 2013).

De acordo com Almeida (2017) e Pinheiro (2010) a atividade de controlo consiste em políticas e procedimentos a serem estabelecidos e implementados para assegurar que as respostas aos riscos sejam executadas com eficácia e aumentar a probabilidade de atingir os objetivos preconizados.

- Informação e Comunicação

Este componente assegura que informações relevantes e de qualidade sejam identificadas, capturadas e comunicadas em tempo útil, possibilitando que os colaboradores cumpram as suas responsabilidades de controlo interno (COSO, 2013)

Segundo Pinheiro (2010), os sistemas de informação e comunicação devem produzir relatórios que tornem exequíveis a condução e controlo das atividades da empresa. Convém que a informação chegue às pessoas de forma clara e precisa.

- Monitorização

A monitorização implica avaliar continuamente ou periodicamente a eficácia do sistema de controlo interno, assegurando que os problemas sejam identificados e corrigidos a tempo (COSO, 2013). Para Almeida (2017), a monitorização dos controlos pode ser entendida como uma supervisão regular dos mesmos, isto é, um processo que avalia o desempenho das componentes do controlo interno ao longo do tempo.

1.3.4 Compreensão e avaliação do Sistema de Controlo Interno

A compreensão e avaliação do Sistema de Controlo Interno (SCI) são fundamentais no processo de auditoria, permitindo ao auditor identificar riscos de distorção material e determinar a extensão dos procedimentos de auditoria necessários. O SCI é um conjunto de políticas e procedimentos estabelecidos pela administração de uma entidade para assegurar a integridade das informações financeiras, a eficiência operacional e a conformidade com leis e regulamentos aplicáveis.

A avaliação do SCI pelo auditor envolve a análise de diversos componentes, incluindo o ambiente de controlo, a avaliação de riscos, as atividades de controlo, a informação e comunicação, e as atividades de monitorização. Esta análise permite ao auditor compreender a eficácia dos controlos internos implementados e identificar áreas que possam necessitar de melhorias. De acordo com Ferreira (2019), a presença de falhas

no SCI pode envolver riscos significativos para a organização, tornando essencial uma avaliação rigorosa por parte do auditor.

A dimensão e complexidade da entidade auditada influenciam diretamente a abordagem do auditor na avaliação do SCI. Em empresas de menor dimensão, por exemplo, podem existir limitações nos recursos disponíveis para a implementação de controlos internos robustos, o que pode aumentar o risco de distorções nas demonstrações financeiras. Ferreira (2019) destaca que, em pequenas e médias empresas, a falta de segregação de funções e a ausência de procedimentos formais podem representar desafios significativos à eficácia do SCI.

A avaliação do SCI também requer uma compreensão profunda dos sistemas de informação utilizados pela entidade. A crescente dependência de sistemas computadorizados para o processamento de transações financeiras implica que o auditor deva avaliar não apenas os controlos manuais, mas também os controlos automatizados e a segurança dos sistemas de informação. Pacheco (2018) enfatiza a importância de avaliar a integração de tecnologia no SCI, analisando se os controlos automatizados são adequados para mitigar riscos específicos.

A documentação do SCI é outro aspeto crucial na avaliação realizada pelo auditor. A existência de políticas e procedimentos bem documentados facilita a compreensão dos controlos internos e permite ao auditor avaliar a sua eficácia de forma mais eficiente. Ferreira (2019) salienta que a ausência de documentação clara pode dificultar a identificação de falhas no SCI e comprometer a qualidade da auditoria.

A avaliação do risco inerente é uma etapa crítica no processo de auditoria. O auditor deve considerar fatores como a natureza das operações da entidade, o ambiente regulatório e a complexidade das transações ao avaliar o risco de distorção material nas demonstrações financeiras. Pacheco (2018) destaca que uma avaliação adequada do risco inerente permite ao auditor planear procedimentos de auditoria mais eficazes e direcionados às áreas de maior risco.

A qualidade do SCI tem um impacto significativo no grau de confiança do auditor. Um SCI eficaz proporciona ao auditor uma base sólida para confiar nos dados financeiros apresentados, permitindo uma redução na extensão dos testes substantivos necessários. Por outro lado, um SCI deficiente pode levar o auditor a aumentar a extensão dos procedimentos de auditoria para obter evidência apropriada e suficiente. Ferreira (2019)

afirma que a presença de um sistema de controlo interno robusto é fundamental para a credibilidade das demonstrações financeiras e para a confiança dos *stakeholders* na organização.

A avaliação do SCI também envolve a análise da função de auditoria interna, quando existente. A auditoria interna desempenha um papel crucial na monitorização contínua dos controlos internos e na identificação de áreas de melhoria. Pacheco (2018) sugere que a colaboração entre a auditoria interna e externa pode aumentar a eficiência do processo de auditoria e fortalecer o SCI da entidade.

A comunicação com a administração e com aqueles encarregados da governação é essencial durante a avaliação do SCI. O auditor deve discutir as suas conclusões sobre a eficácia dos controlos internos e quaisquer deficiências significativas identificadas. Ferreira (2019) destaca que uma comunicação eficaz pode levar à implementação de medidas corretivas oportunas e ao fortalecimento do SCI.

Resumidamente, a compreensão e avaliação do Sistema de Controlo Interno são componentes essenciais do processo de auditoria. A qualidade do SCI influencia diretamente o grau de confiança do auditor nas demonstrações financeiras da entidade. Uma avaliação rigorosa do SCI permite ao auditor identificar áreas de risco, planear procedimentos de auditoria apropriados e fornecer recomendações valiosas para o fortalecimento dos controlos internos, contribuindo para a integridade e transparência das informações financeiras.

1.3.5 Revisão aos Controlos Internos

A revisão dos controlos internos é uma etapa fundamental no processo de auditoria, permitindo avaliar a eficácia dos procedimentos implementados por uma organização para mitigar riscos e assegurar a integridade das informações financeiras. Os controlos internos constituem um conjunto de políticas e procedimentos estabelecidos para proporcionar uma garantia razoável de que os objetivos de uma organização serão alcançados, incluindo a fiabilidade dos relatórios financeiros, a eficiência das operações e a conformidade com leis e regulamentos aplicáveis. A revisão desses controlos pelo auditor é essencial para identificar possíveis deficiências que possam comprometer a qualidade das demonstrações financeiras. Segundo Raposo (2020), a perceção da

relevância do controlo interno pelo auditor externo em Portugal é crucial para a abordagem de auditoria adotada.

A revisão dos controlos internos envolve a avaliação de diversos componentes, tais como o ambiente de controlo, a avaliação de riscos, as atividades de controlo, a informação e comunicação, e as atividades de monitorização. O auditor deve compreender como esses componentes interagem e influenciam a capacidade da organização de atingir os seus objetivos. Ferreira (2019) destaca que a análise e auditoria do sistema de controlo interno permitem aumentar o grau de segurança na opinião de auditoria emitida.

A eficácia dos controlos internos impacta diretamente o grau de confiança que o auditor pode depositar nas demonstrações financeiras da entidade. Um sistema de controlo interno robusto permite ao auditor reduzir a extensão dos testes substantivos, aumentando a eficiência da auditoria. Por outro lado, deficiências nos controlos internos exigem que o auditor amplie os procedimentos de auditoria para obter evidências suficientes e apropriadas. O trabalho de Sobral (2015) enfatiza a importância do controlo interno e da auditoria interna na deteção de fraudes e na garantia da fiabilidade da informação financeira.

A revisão dos controlos internos também está intimamente ligada à gestão de riscos dentro da organização. Um sistema de controlo interno eficaz auxilia na identificação e mitigação de riscos que podem afetar o desempenho organizacional. Pires (2015) conclui que o controlo interno no contexto municipal é fundamental para a boa governação e para a transparência das contas públicas.

Em conclusão, a revisão dos controlos internos é uma atividade fundamental no processo de auditoria, permitindo avaliar a eficácia dos procedimentos implementados pela organização para mitigar riscos e assegurar a integridade das informações financeiras. A literatura académica destaca a importância de um sistema de controlo interno robusto para a eficiência da auditoria e a gestão eficaz dos riscos organizacionais.

1.4 Auditoria aos Documentos de Prestação de Contas

A auditoria, conforme destacado por Nunes (2020), tem como principal objetivo validar as asserções contidas nas demonstrações financeiras, assegurando que estas

refletem de forma verdadeira e apropriada a realidade económica da entidade. Este subcapítulo explorará os riscos, as asserções e os procedimentos de auditoria associados ao relatório de gestão, balanço, demonstração de resultados e outros documentos como a alteração dos capitais próprios, fluxos de caixa e o anexo.

1.4.1 Relatório de Gestão

Segundo Nunes (2020), o relatório de gestão é uma ferramenta essencial para apresentar uma visão geral sobre o desempenho e as estratégias da entidade, devendo ser analisado quanto à sua coerência e conformidade com os princípios contabilísticos. O auditor deve identificar os riscos relacionados às omissões de informações relevantes ou à apresentação distorcida de dados e verificar a consistência com as demonstrações financeiras e outros documentos oficiais. Além disso, é importante avaliar se o relatório de gestão contém informações prospetivas adequadas e consistentes com os dados auditados (Silva, 2021).

1.4.2 Balanço

De acordo com Silva (2021), o balanço é o reflexo da posição financeira da entidade num dado momento, sendo crucial validar a existência, a integridade e a avaliação dos ativos, passivos e capital próprio. Nunes (2020) enfatiza que os procedimentos de auditoria no balanço incluem inspeção de documentos, confirmação externa de saldos e revisão das estimativas contabilísticas, assegurando a conformidade com as normas aplicáveis.

1.4.3 Demonstração de Resultados

Segundo o COSO (2013), a demonstração de resultados apresenta o desempenho financeiro da entidade, exigindo validação quanto à precisão, ocorrência e corte temporal das receitas e despesas.

De acordo com Nunes (2020), os auditores devem realizar procedimentos analíticos, verificação documental e reconciliações para identificar quaisquer distorções materiais. Estes procedimentos incluem a análise das margens de lucro e das tendências

de despesas, além de confirmar se os critérios de reconhecimento estão alinhados com as normas internacionais (Silva, 2021).

1.4.4 Outros

A demonstração das alterações no capital próprio, de acordo com Nunes (2020), requer uma análise detalhada das transações que impactaram diretamente no capital, como aumentos de capital, distribuição de dividendos e reservas. No caso da demonstração dos fluxos de caixa, Silva (2021) aponta que a análise desta demonstração permite avaliar a liquidez da entidade, sendo essencial validar a classificação e a exatidão dos fluxos. O autor refere ainda que o anexo é descrito como uma peça-chave para fornecer informações adicionais e esclarecer elementos apresentados nas demonstrações financeiras.

1.5 Conclusões e Relatório de Auditoria

1.5.1 Últimos procedimentos anteriores à emissão do Relatório de Auditoria / Certificação Legal das Contas

1.5.1.1 Ajustamentos e Reclassificações de Auditoria

Os ajustamentos de auditoria são intervenções que visam corrigir erros ou omissões identificadas durante o processo de auditoria, assegurando que as demonstrações financeiras representem a realidade económica da entidade. Estes ajustamentos são registados em mapas específicos, que permitem comparar os saldos ajustados com os valores inicialmente reportados. Ademais, os mapas de ajustamentos e reclassificações são uma ferramenta fundamental para documentar as correções realizadas e garantir a rastreabilidade do trabalho (Tribunal de Contas, 1999).

1.5.1.2 Acontecimentos Subsequentes

Os acontecimentos subsequentes são eventos que ocorrem após a data do balanço, mas antes da emissão das demonstrações financeiras, e que podem ter impacto significativo (Costa, 2018). Segundo Tribunal de Contas (1999), o auditor deve avaliar se

os eventos subsequentes foram devidamente ajustados ou divulgados, conforme requerido pelas normas aplicáveis.

1.5.1.3 Apreciação das Demonstrações Financeiras

A apreciação das demonstrações financeiras é uma análise crítica da sua apresentação, incluindo a conformidade com as normas contabilísticas. Conforme Costa (2020), a verificação de aspetos como a clareza das notas explicativas e a coerência interna das demonstrações é fundamental para garantir uma opinião adequada. O auditor deve assegurar que as demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada a posição económica e financeira da entidade (Tribunal de Contas, 1999).

1.5.1.4 Revisão global do trabalho realizado

A revisão global do trabalho realizado é uma etapa final que visa garantir que todos os procedimentos de auditoria foram executados adequadamente (Tribunal de Contas, 1999). O auditor deve confirmar que as evidências obtidas suportam as conclusões apresentadas no relatório. Esta revisão é essencial para assegurar a qualidade e a credibilidade do trabalho de auditoria.

1.5.1.5 Declaração do órgão de gestão

A declaração do órgão de gestão é um documento formal, exigido pelo auditor, que confirma a responsabilidade da administração pela preparação e apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com o referencial contabilístico aplicável. Este documento assegura ainda que todas as informações relevantes foram disponibilizadas ao auditor e que não existem omissões materiais intencionais.

A sua obtenção constitui um procedimento essencial para reforçar a fiabilidade das evidências recolhidas, representando uma salvaguarda adicional da responsabilidade dos órgãos de gestão e um suporte documental para o juízo do auditor. De acordo com o Guia de Aplicação Técnica N.º 13 – Declaração do Órgão de Gestão (2017) da OROC, esta declaração deve ser emitida com data próxima da do relatório de auditoria, conter

afirmações específicas sobre os registos contabilísticos, eventos subsequentes e ausência de fraude detetada pela gestão, entre outros aspetos relevantes.

1.5.2 Certificação Legal das Contas

A certificação legal das contas é o culminar do trabalho do auditor, e é um documento que expressa a opinião do revisor sobre as demonstrações financeiras da empresa. O relatório emitido pelo auditor pode ser não modificado (ou limpo), quando não apresenta reservas nem ênfases, por outro lado pode ser emitido um relatório modificado, mas baseado em informação que não afetam a opinião (IFAC (2015), ISA 706), por exemplo uma opinião sem reservas, mas com ênfases. Outra situação é um relatório modificado com informação que afeta a opinião do auditor (IFAC (2015), ISA 705, que poderá ser uma opinião com reservas, por limitação de âmbito, ou por desacordo. Pode ser emitido um relatório com escusa de opinião ou opinião adversa. (Rodrigues, 2017).

Em suma, a revisão de literatura permitiu identificar os principais contributos teóricos e empíricos que sustentam o tema em análise. Verificou-se a relevância dos modelos e normas estudadas para a prática profissional em contexto nacional. Esta base teórica constitui um alicerce essencial para a investigação desenvolvida. Aprofundar estes conceitos revela-se fundamental para a compreensão crítica da problemática abordada.

Este capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho. Para tanto, torna-se necessário compreender o conceito de metodologia antes de proceder à escolha da mais apropriada para o contexto em questão.

2 Metodologias de Investigação

Segundo Brandão (2023), uma metodologia de investigação é um procedimento em vista de um objetivo a ser atingido. Para tal, são considerados métodos para obter informação, esta que será tratada, analisada e de onde vão surgir conclusões válidas perante um enquadramento conceptual definido. O seu objetivo é ensinar os passos fundamentais para a elaboração de um trabalho científico. A metodologia é muito importante pois é esta que, assegura a fiabilidade e qualidade dos resultados da investigação (Fortin, 1999).

2.1 Tipos de Metodologias

O método adotado varia consoante o problema em estudo e os objetivos que o investigador pretende alcançar. Deste modo, não há um “modelo geral” para todas as investigações, uma vez que a especificidade de cada estudo exige uma abordagem metodológica diferente.

Se tivéssemos de definir os tipos de metodologias sem recorrer a pesquisa de livros e artigos, poderíamos afirmar que as metodologias qualitativas expressam uma medida de qualidade e as metodologias quantitativas expressam uma medida de quantidade (Almeida, 2022).

Fonseca (2008), defende que investigadores quantitativos usam um conjunto de análises estatísticas e em certas situações, generalizações, para determinar o padrão dos dados e o seu significado, enquanto investigadores qualitativos usam técnicas de fenomenologia e a sua visão do mundo para extrair significado. Deste modo, os investigadores quantitativos recorrem a métodos estatísticos multivariados de redução de dados, sem perder informação relevante neles contida, enquanto os investigadores qualitativos optam por análises temáticas. (Fonseca, 2008).

Neste sentido, pode-se distinguir dois tipos de metodologias a ser utilizadas numa investigação: as metodologias qualitativas e as metodologias quantitativas.

2.1.1 Metodologia Quantitativa

Para Fortin (2000), a metodologia quantitativa é um processo sistemático de coleta de dados observáveis e quantificáveis, baseado na observação de factos objetivos, de acontecimentos e de fenómenos que existem independentemente do investigador.

As características fundamentais dos métodos quantitativos são: a orientação para a quantificação e a causa dos fenómenos; a ausência de preocupação com a subjetividade; a utilização de métodos controlados; a objetividade procurada através de um distanciamento em relação aos dados; a orientação para a verificação; a orientação para os resultados; e a assumem uma realidade estática (Serapioni, 2000).

No âmbito desta metodologia, a formulação de hipóteses e a classificação das relações entre variáveis são passos essenciais. Estas etapas orientam o processo de recolha e análise de dados e asseguram a precisão e a consistência na interpretação dos resultados obtidos.

2.1.2 Metodologia Qualitativa

Por outro lado, para Fortin (2000), o investigador que utiliza o método de investigação qualitativa observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno tal como se apresentam, sem procurar controlá-los.

Segundo Fonseca (2009), os recursos mais frequentemente empregues nesta abordagem incluem entrevistas, observação, questionários abertos, interpretação de formas de expressão visual e estudos de caso. Estes procedimentos são considerados interpretativos, destacando a natureza qualitativa e a ênfase na compreensão em profundidade dos fenómenos estudados.

A realização de entrevistas permite uma exploração aprofundada dos pensamentos e perspetivas dos participantes, proporcionando uma compreensão mais rica e contextualizada dos temas em análise. A observação direta, por sua vez, possibilita ao

investigador testemunhar comportamentos e interações no contexto natural, contribuindo para uma percepção mais holística dos fenómenos (Farpa, 2024).

2.1.3 Metodologia Utilizada

A metodologia adotada no presente trabalho é de finalidade descritiva e interpretativa, visando a análise da realidade profissional vivenciada durante o estágio curricular numa sociedade de revisores oficiais de contas. A investigação enquadra-se num paradigma pragmático, conjugando técnicas qualitativas e quantitativas, conforme defendido por Creswell (2014), que realça o valor da complementaridade metodológica em contextos profissionais complexos. A combinação de métodos permite captar a totalidade do fenómeno em estudo, aproveitando as forças de cada abordagem (Creswell, 2014).

A metodologia adotada foi mista, combinando processos quantitativos e qualitativos. Esta metodologia foi adequada à realidade do estágio, permitindo conciliar a experiência limitada do auditor júnior com a complexidade das tarefas acompanhadas. Como referem Fortin (2009), a abordagem mista é especialmente pertinente em estágios de natureza profissional, nos quais se pretende observar, participar e refletir criticamente.

2.1.3.1 Metodologia qualitativa

Esta metodologia manifesta-se através da observação direta dos procedimentos de auditoria, da interpretação de documentos internos da SROC e da análise das dinâmicas de controlo interno observadas nas empresas auditadas. Esta abordagem permitiu compreender:

- A lógica da estruturação dos dossiers permanente e corrente;
- A relevância da avaliação do risco e da segregação de funções;
- A cultura organizacional subjacente às PME auditadas;
- A importância dos papéis de trabalho na documentação da evidência.

A metodologia qualitativa seguiu os princípios da análise documental e observação participante não-intrusiva, conforme defendido por Yin (2018). Segundo Sousa & Baptista (2014), este método permite captar o contexto da prática profissional.

2.1.3.2 Metodologia quantitativa

Quanto à metodologia quantitativa focou-se nos procedimentos técnicos de auditoria, exigindo análise objetiva e mensurável, nomeadamente:

- Circularizações (clientes, fornecedores, advogados);
- Inventariação física de existências;
- Análise de rácios financeiros;
- Testes substantivos e provas analíticas.

Estas tarefas envolvem o tratamento direto de dados financeiros, cruzamento de informação e validação de prova de auditoria, estando alinhadas com as normas ISA 500 (Provas de Auditoria) e ISA 520 (Procedimentos Analíticos).

2.1.3.3 Técnicas e Instrumentos

As técnicas de recolha de dados utilizadas foram:

- Análise documental (dossiers, políticas da SROC, normas ISA/ISQM);
- Observação direta (procedimentos em contexto de auditoria);
- Execução supervisionada de tarefas (testes substantivos, circularizações, inventário);
- Apoio à equipa sénior (colaboração em fases de planeamento, execução e encerramento).

2.1.4 Formulação das Aserções de Investigação

Segundo Gonçalves (2024), as asserções de investigação são declarações/afirmações feitas durante o processo de investigação que precisam ser verificadas ou refutadas. Estas são utilizadas para estabelecer factos, formular hipóteses ou teorias, e direcionar a investigação.

Para o trabalho em questão, foram delineadas algumas questões orientadoras, fundamentadas no Capítulo I - Revisão da Literatura. Estas questões servirão de base para o desenvolvimento das etapas subsequentes do projeto, procurando-se, ao longo do

trabalho, formular respostas que contribuam para o cumprimento do objetivo previamente definido.

Tabela 3 - Asserções de Investigação

Asserções de Investigação	Questões aplicadas ao caso
A1: A tecnologia fortalece o controlo interno	Q1: A utilização de tecnologias de informação (ex. ERP) pelas empresas influencia significativamente a eficácia dos controlos internos e, conseqüentemente, a qualidade da auditoria?
A2: O controlo interno otimiza a auditoria	Q2: A avaliação positiva do controlo interno de uma empresa permite reduzir a extensão dos testes substantivos a realizar?
A3: Auditoria eleva a fiabilidade financeira	Q3: De que forma a auditoria, executada com base nas normas e princípios profissionais, contribui para aumentar a confiança na informação financeira?
	Q4: Qual a importância de auditoria externa numa empresa?

As asserções formuladas serão objeto de análise no decorrer da implementação do presente relatório.

2.1.5 Modelo de Análise

Tendo em conta as questões e asserções de investigação formuladas, apresenta-se de seguida um modelo de análise que visa estruturar, de forma lógica e sequencial, a relação entre os principais elementos abordados ao longo do presente relatório. O modelo assenta numa linha de raciocínio progressiva que se inicia na utilização da tecnologia pela entidade auditada, passa pela solidez do sistema de controlo interno e culmina no impacto da auditoria na fiabilidade da informação financeira.

Figura 1 - Modelo de Análise das Asserções



É visível, através da Figura 1, que existe uma relação entre as asserções.

A primeira asserção parte do pressuposto de que a tecnologia, quando devidamente implementada nas entidades auditadas, contribui para o reforço do sistema de controlo interno (SCI). Sistemas informatizados de faturação, gestão de stocks, processamentos salariais, entre outros, permitem introduzir controlos automáticos, registos auditáveis e mecanismos de verificação mais fiáveis e contínuos. Segundo o COSO (2013), a componente tecnológica é transversal aos cinco pilares do controlo interno, sendo determinante na salvaguarda dos ativos e na fiabilidade da informação financeira.

A segunda asserção centra-se na relação entre o controlo interno da entidade e o próprio processo de auditoria. Um SCI coeso permite ao auditor planear e executar o seu trabalho de forma mais eficaz, dado que pode confiar (total ou parcialmente) nos procedimentos já existentes. Conforme definido na ISA 315, o auditor deve avaliar o desenho e a implementação dos controlos relevantes e, quando apropriado, testar a sua eficácia operacional. Em entidades com falhas na segregação de funções ou sem documentação formal dos processos, como é comum nas PME familiares, o auditor tende a aplicar mais testes substantivos e a adotar uma postura de maior ceticismo profissional.

A terceira asserção sublinha que a auditoria, quando executada segundo os princípios éticos, técnicos e normativos estabelecidos (ISA, ISQM, Estatuto da OROC), contribui para o aumento da fiabilidade da informação financeira. Esta fiabilidade traduz-se na confiança dos stakeholders (gestores, sócios, investidores, credores) nos relatórios e demonstrações da entidade. A auditoria não elimina o risco, mas reduz substancialmente a probabilidade de erros materiais ou fraudes passarem despercebidos.

Tal como refere Arens et al. (2023), a auditoria independente serve de mecanismo de confiança no sistema económico, assegurando aos utilizadores da informação que esta reflete, de forma fidedigna, a situação financeira da entidade. A qualidade da auditoria, conforme analisado por DeFond e Zhang (2014), está fortemente correlacionada com a

existência de bons controlos internos e com a capacidade de o auditor interpretar adequadamente os dados disponíveis, algo que a tecnologia tem vindo a facilitar.

A articulação entre estas três asserções permite estabelecer uma cadeia lógica de valor: a tecnologia robusta fortalece o sistema de controlo interno; um controlo interno eficaz permite uma auditoria mais eficiente e fiável; e a auditoria, por sua vez, reforça a confiança dos utilizadores nas demonstrações financeiras. Este modelo será utilizado no Capítulo III como estrutura interpretativa das experiências vividas ao longo do estágio, permitindo refletir sobre a aplicabilidade prática dos conceitos aprendidos.

Concluída a apresentação da metodologia, segue-se a descrição pormenorizada das atividades realizadas durante o estágio, organizadas segundo as fases do processo de auditoria.

Este capítulo tem como finalidade apresentar, de forma estruturada, as atividades desenvolvidas durante o estágio profissional, constituindo-se como uma aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da formação académica, com ênfase na área de auditoria.

3 Caso Prático

A realização deste estágio foi motivada pelo desejo de integrar os conhecimentos teóricos adquiridos com a prática profissional. Permitiu aplicar em contexto real os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do percurso académico com a realidade prática do exercício profissional. Esta experiência permitiu o contacto direto com as rotinas e exigências do setor da auditoria, proporcionando uma compreensão mais aprofundada das metodologias, ferramentas e desafios que caracterizam esta área, e permitindo o desenvolvimento de competências que dificilmente seriam alcançadas apenas em ambiente académico

3.1 Entidade de Acolhimento

3.1.1 Identificação da Entidade

A entidade onde decorreu o estágio curricular é a Vinga, Almeida & Araújo, SROC, Lda., uma sociedade por quotas com sede na Rua António Cardoso, 601/613, Loja 8, 4150-083 Porto, Portugal. A empresa encontra-se identificada com o NIF 501515771 e está legalmente constituída desde o dia 18 de março de 1974, conforme os registos oficiais disponíveis no sistema SABI (Informa D&B, 2025).

Figura 2 - Logótipo da Sociedade VAA, SROC, Lda.



Esta entidade está inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 3, sendo, portanto, uma das sociedades mais antigas ainda em atividade no setor da auditoria em Portugal. Está igualmente registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários,

cumprindo os requisitos exigidos para a prestação de serviços de auditoria legal e revisão de contas.

A sociedade exerce a sua atividade no âmbito do CAE 69202 – Atividades de auditoria e revisão de contas, tendo como missão a prestação de serviços técnicos de elevada exigência profissional, no cumprimento das normas de auditoria, ética e controlo de qualidade estabelecidas pela OROC e pela IFAC.

3.1.2 História e Evolução da Entidade

Ao longo das décadas, a VAA, SROC, tem assumido diversas designações, refletindo alterações na sua composição societária. As denominações anteriores incluem:

- Espinha de Almeida e Lopes Vinga – SROC
- Armando Meireles, Lopes Vinga – SROC
- Lopes Vinga, Artur Moreira & Associado – SROC, LDA

Atualmente, a sociedade é detida por dois sócios-gerentes:

- Dr. Ivo Marcelo Duarte Figueira Matos de Araújo (com 62,5% do capital)
- Dr. Luís Manuel Batista Gonçalves de Almeida (com 37,5% do capital)

Ambos os sócios são revisores oficiais de contas inscritos na OROC, assumindo a responsabilidade técnica e de gestão da firma.

3.1.3 Estrutura e Enquadramento Organizacional

Em 2023, a sociedade contava com quatro colaboradores e apresentava um volume de negócios de 273.278 euros, com um lucro líquido de 16.390 euros, segundo as contas não consolidadas apresentadas no relatório SABI. A empresa destaca-se pela sua dimensão reduzida e estrutura enxuta, típica das SROC de pequena dimensão, atuando em nichos especializados e com uma carteira de clientes diversificada, composta sobretudo por PME.

Apesar da sua dimensão, a entidade implementa, integralmente, as normas internacionais de auditoria (ISA), os requisitos do controlo interno da qualidade (ISQM 1) e demais diretrizes regulamentares nacionais.

Opta-se por não apresentar uma descrição detalhada da estrutura organizacional da empresa, uma vez que devido ao falecimento do Dr. Vinga, a mesma se encontra atualmente em processo de reestruturação interna.

3.1.4 Compromisso com a Qualidade e a Profissão

A Vinga, Almeida & Araújo, SROC, Lda. adota políticas e procedimentos internos rigorosos, centrados na conformidade ética, independência, controlo de qualidade e formação contínua, conforme estabelecido no seu Manual de Políticas e Procedimentos de Controlo Interno da Qualidade, documento que constituiu o ponto de partida do presente estágio.

Através deste compromisso com a qualidade e a integridade, a sociedade assegura a credibilidade dos seus serviços e contribui para a robustez e confiança do sistema financeiro e empresarial português.

3.1.5 Tecnologias

A tecnologia de informação não é somente uma ferramenta para automatizar os processos existentes, mas também um facilitador de mudanças organizacionais que podem levar a ganhos adicionais de produtividade. As tecnologias são indispensáveis na comunicação com o cliente, apesar de a empresa fazer questão de haver regularmente contacto presencial com cada cliente.

A auditoria, dito como o trabalho executado pelos auditores, atravessou nos últimos anos grandes alterações. Pessoalmente, já comecei a trabalhar numa Era onde a maioria das informações já são informatizadas, obviamente ainda com bastantes documentos de suporte em papel, mas sinto que constantemente há novos métodos que podemos aplicar com a programação correta.

Dando continuidade à exposição, procede-se à descrição dos principais programas e ferramentas utilizados no dia a dia da empresa. Após o estabelecimento da ligação à

rede interna da empresa, através de VPN, cada colaborador passa a ter acesso aos ficheiros e aplicações disponíveis no servidor. Cada elemento da equipa possui uma conta de correio eletrónico individual, associada ao domínio institucional “@vaa-sroc.com”.

Os equipamentos informáticos estão dotados do pacote *Microsoft Office*, incluindo aplicações como *Microsoft Excel*, *OneDrive*, *Outlook*, *Word*, entre outras. Entre estas, destaca-se o *Microsoft Excel* como uma ferramenta fundamental, cuja habilitação é considerada essencial para o desempenho eficaz das tarefas.

No âmbito específico da auditoria, a aplicação mais utilizada é o SIPTA Auditoria, considerada uma ferramenta central no apoio às diversas fases do processo de trabalho. Complementarmente, é utilizado também o módulo SIPTA Risco, o qual desempenha um papel importante na gestão e organização das tarefas relacionadas.

3.2 Caracterização do Estágio

Nos termos da legislação em vigor, a conclusão do grau de mestre pode ser concretizada através de uma dissertação, de um trabalho de projeto ou da elaboração de um relatório de estágio. A opção pela realização de um estágio curricular fundamentou-se na valorização da componente prática como meio privilegiado de consolidação e aprofundamento das competências técnicas na área da Auditoria. Esta escolha permitiu, ainda, um contacto direto com os sistemas de tecnologias de informação aplicados à Auditoria Financeira, promovendo não apenas o desenvolvimento de capacidades técnicas, mas também contribuindo significativamente para o enriquecimento pessoal e o crescimento profissional.

Assim sendo, o presente estágio teve início a 24 de setembro de 2024 e término a 1 de abril de 2025, totalizando assim 400 horas de estágio. No próximo capítulo, serão descritas as atividades realizadas durante o estágio.

3.3 Detalhe das atividades desenvolvidas

A aprendizagem é um processo contínuo. Iniciei esta reflexão com esta premissa por considerar que, embora frequentemente enunciada, corresponde à realidade vivida ao longo deste estágio, no qual fui consolidando conhecimentos e adquirindo novas

competências. De forma progressiva, fui assumindo maiores responsabilidades e evoluindo na execução das tarefas atribuídas, cuja síntese apresento nos subcapítulos seguintes.

No primeiro dia de estágio, fui formalmente apresentado a todos os colaboradores da entidade, sendo notório, desde o início, o bom ambiente organizacional e a forte cultura de cooperação e trabalho em equipa. Ao longo do tempo, tive oportunidade de trabalhar diretamente com diferentes membros da equipa, experienciando um ambiente de entreatajuda e compromisso com os objetivos comuns.

Nos dias subsequentes, iniciou-se um processo gradual de adaptação entre o conhecimento teórico adquirido em contexto académico e a sua aplicação prática em ambiente profissional. Assim, os próximos subcapítulos visam apresentar os principais referenciais teóricos que sustentam o desempenho de funções na área da auditoria, estabelecendo uma ponte entre os conceitos estudados e as tarefas concretamente realizadas no decurso do estágio curricular.

3.3.1 Manuais Internos

Antes do início da execução de qualquer procedimento de auditoria, é fundamental que o auditor compreenda em profundidade os princípios, normas e diretrizes internas que orientam o exercício da profissão no seio da sociedade de revisores. Neste contexto, os manuais internos da SROC assumem um papel central, funcionando como instrumentos de governação técnica e metodológica, assegurando a qualidade, a ética e a conformidade dos trabalhos realizados.

No decurso do estágio, o primeiro contacto foi estabelecido com documentos estruturantes da prática da sociedade de revisores oficiais de contas, nomeadamente o Manual de Políticas e Procedimentos de Controlo Interno de Qualidade e o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ). A leitura e análise aprofundada destes instrumentos permitiram compreender os fundamentos que sustentam a atuação da firma, desde a fase de aceitação do cliente até à emissão do relatório de auditoria. Estes documentos revelaram-se essenciais para a aquisição de uma visão global e coerente dos procedimentos adotados, constituindo uma base sólida para a execução das tarefas desenvolvidas ao longo do estágio.

3.3.1.1 Sistema Interno de Controlo de Qualidade: Manual de Políticas e Procedimentos de Controlo Interno de Qualidade

A existência e implementação de um Sistema de Controlo Interno da Qualidade (SCIQ) numa Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) reveste-se de carácter obrigatório, não sendo uma opção discricionária da firma. Esta exigência decorre do enquadramento normativo definido por diversas instâncias reguladoras, tanto a nível nacional como internacional. Destacam-se, neste âmbito:

- A Norma Internacional de Gestão da Qualidade 1 (ISQM 1), emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB), em vigor desde dezembro de 2022;
- O Regulamento (UE) n.º 537/2014, relativo à auditoria legal das contas anuais e consolidadas;
- A Lei n.º 148/2015, que aprova o Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), estabelecendo os deveres das SROC em matéria de controlo da qualidade;
- As diretrizes emanadas da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e da própria OROC, designadamente no que respeita aos procedimentos de monitorização e inspeção periódica das sociedades.

No contexto europeu, estas imposições resultam da necessidade de reforçar a qualidade e a credibilidade da auditoria, reconhecendo-a como um pilar fundamental para a confiança dos investidores nos mercados financeiros. Em Portugal, essa exigência é acompanhada por mecanismos de supervisão específicos, entre os quais se destacam as ações de fiscalização levadas a cabo pela Comissão do Controlo de Qualidade da OROC.

O Manual de Políticas e Procedimentos de Controlo Interno de Qualidade da Vinga, Almeida & Araújo, SROC, Lda. visa assegurar que a sociedade:

- Cumpre, de forma consistente, os requisitos das normas profissionais e legais aplicáveis;
- Mantém um elevado padrão de qualidade nos serviços de auditoria prestados;

- Documenta e monitoriza todos os procedimentos críticos, desde a aceitação de clientes até à emissão de relatórios;
- Garante a formação, independência e competência técnica dos seus colaboradores;
- Disponibiliza meios e recursos adequados ao exercício da função de auditor, com integridade e competência.

O Manual de Políticas e Procedimentos de Controlo Interno de Qualidade não deve ser entendido como um documento meramente formal ou administrativo. Trata-se de um instrumento fundamental, que consubstancia os princípios operacionais e éticos que orientam todas as decisões técnicas da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC). A sua consulta constituiu a primeira tarefa realizada no âmbito do estágio, permitindo uma compreensão aprofundada da filosofia subjacente ao funcionamento da entidade, bem como da relevância de uma cultura organizacional centrada na qualidade e na conformidade com os normativos aplicáveis.

Durante a leitura e análise do manual, destaco que a SROC adota uma abordagem estruturada e formalizada à qualidade, apesar da sua dimensão reduzida. A atribuição clara de responsabilidades aos sócios garante o envolvimento ativo da liderança na supervisão dos trabalhos.

Verificou-se a existência de *checklists* e fichas normalizadas (para independência, aceitação, riscos, supervisão, etc.), o que demonstra uma preocupação sistemática com a documentação.

O sistema é ainda suportado por ferramentas informáticas, como o SIPTA, permitindo o controlo e a rastreabilidade dos procedimentos.

De relevar que o manual já se encontrava alinhado com a ISQM 1 antes mesmo da sua obrigatoriedade, revelando preocupação com a conformidade futura e o aperfeiçoamento contínuo.

O contacto inicial com o Manual de Políticas e Procedimentos de Controlo Interno de Qualidade constituiu uma etapa fundamental no processo de formação prática do estagiário, ao proporcionar uma compreensão aprofundada do enquadramento técnico e ético inerente ao exercício da função de auditor. Mais do que um compêndio normativo,

este manual materializa a filosofia de atuação da SROC, refletindo o seu compromisso com a excelência técnica, a conformidade legal e a salvaguarda do interesse público.

A interiorização deste referencial revelou-se determinante para, ao longo do estágio, interpretar adequadamente os procedimentos adotados, compreender o racional subjacente às decisões da equipa e reconhecer o papel específico de cada elemento na prossecução dos padrões de qualidade exigidos à profissão.

3.3.1.2 Sistema de Gestão da Qualidade

O Sistema de Gestão da Qualidade da Vinga, Almeida & Araújo, SROC, Lda. constitui um instrumento fundamental para assegurar o cumprimento das normas internacionais de auditoria, da norma internacional ISQM 1, do Regulamento (UE) n.º 537/2014 e do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

A implementação de um SGQ eficaz responde à exigência de que as firmas de auditoria desenvolvam, documentem e mantenham um sistema que garanta a execução de trabalhos com qualidade consistente, sendo esse o objetivo principal da ISQM 1, em vigor desde 15 de dezembro de 2022. A OROC e a CMVM supervisionam, através da Comissão do Controlo de Qualidade, o cumprimento destes requisitos, com base em inspeções regulares.

O SGQ da sociedade visa:

- Garantir o cumprimento de todos os requisitos legais, normativos e éticos aplicáveis;
- Promover uma cultura de qualidade sustentada na liderança, ética e responsabilidade;
- Prevenir, identificar e corrigir deficiências na execução dos trabalhos;
- Apoiar a tomada de decisão dos sócios responsáveis pelos trabalhos;
- Sustentar o processo de monitorização contínua e melhoria progressiva, conforme exigido pela ISQM 1.

Durante a leitura do SGQ e a prática de estágio, identifiquei os seguintes pilares estruturantes do sistema:

- Governança e liderança – Os dois sócios assumem responsabilidade final e operacional, promovendo a cultura da qualidade e servindo de exemplo;
- Requisitos éticos e independência – Atribuição clara de responsabilidades, formação periódica, declarações de independência e comunicação de violações;
- Aceitação e continuidade de clientes – Preenchimento obrigatório de *checklists*, análise de recursos disponíveis e avaliação de riscos associados;
- Gestão de recursos humanos – Avaliações de desempenho, feedbacks regulares, política de formação contínua, e definição de responsabilidades claras;
- Execução e supervisão de trabalhos – Programas de trabalho normalizados, revisão técnica e documental, utilização do SIPTA, e documentação apropriada;
- Monitorização e remediação – Avaliação periódica do desempenho do SGQ, análise de falhas, medidas corretivas, e intervenção de prestadores externos para garantir independência.

A matriz de riscos da qualidade, integrada no SGQ, constitui uma ferramenta interna que permite avaliar e classificar os riscos que possam comprometer a qualidade dos serviços prestados. Este instrumento identifica:

- Fatores de risco, como insuficiência de recursos, prazos apertados, pressões comerciais, ou ausência de segregação de funções;
- Impacto e probabilidade, numa escala pré-definida, permitindo priorizar a gestão dos riscos;
- Controles existentes e medidas mitigadoras, com base na documentação dos trabalhos, reuniões internas e ações formativas;
- Responsáveis e prazos de revisão de cada área crítica.

A matriz é revista, anualmente, pelos sócios e atualizada conforme necessário, refletindo o compromisso da SROC com a melhoria contínua e a proatividade na gestão dos riscos inerentes ao exercício da profissão.

A análise do SGQ e da matriz de riscos da qualidade revelou-se essencial para compreender a infraestrutura interna que sustenta a atuação técnica da sociedade. Este sistema permite não apenas assegurar o cumprimento das normas profissionais, mas também desenvolver uma cultura organizacional sólida, orientada para a excelência, o rigor e a confiança pública.

Durante o estágio, foi possível observar a aplicação prática de vários componentes do SGQ, nomeadamente no momento de aceitação de clientes, no acompanhamento dos procedimentos de auditoria e na verificação da documentação final. A matriz de riscos, por sua vez, permite antecipar falhas e reforçar áreas sensíveis, contribuindo para a robustez do sistema e para a credibilidade do trabalho realizado.

3.3.2 Dossier Permanente

Durante o estágio, tive contacto direto com a construção e manutenção do Dossier Permanente (DP) das entidades auditadas, uma componente fundamental da documentação de auditoria. O DP funciona como um repositório estruturado de informação institucional e documental que se mantém válida ao longo de vários exercícios económicos, servindo de referência contínua para o auditor.

O tratamento deste dossier encontra respaldo na ISA 230 - Documentação de Auditoria, que estabelece a necessidade de manter registos completos, organizados e apropriados ao longo do tempo, permitindo assegurar a rastreabilidade do trabalho e a coerência do planeamento auditivo.

O SIPTA foi o ambiente onde estas atividades decorreram. Através dele, realizei uma série de tarefas relacionadas com a organização, atualização e validação da documentação constante no DP, cujos detalhes passo a descrever nos subcapítulos seguintes.

3.3.2.1 Informações Gerais

No arranque de qualquer trabalho de auditoria, há um conjunto de informações básicas que precisa de estar certo, nomeadamente designação social, NIF, sede social, contactos e CAE. Estes detalhes que parecem simples, mas cuja ausência ou incorreção pode arrastar erros para o resto do processo. Foi exatamente com esse tipo de tarefa que comecei: garantir que os dados institucionais das entidades auditadas estavam devidamente atualizados no SIPTA.

O processo era mais meticuloso do que complexo. Cruzava as informações disponíveis com as Certidões Permanentes e Registo Central do Beneficiários Efetivo

(RCBE), verificando se os elementos estavam corretos. Quando havia discrepâncias, atualizava conforme os documentos oficiais ou sinalizava para validação posterior.

A determinada altura do estágio, tornou-se evidente que esta fase inicial, embora à primeira vista possa parecer rotineira, reveste-se de uma importância crítica no contexto do processo de auditoria. Eventuais imprecisões ou omissões nesta etapa podem comprometer o planeamento subsequente e levantar dúvidas quanto à fiabilidade da documentação técnica produzida nas fases seguintes. A atenção ao detalhe, neste contexto, constitui um fator distintivo entre um processo de auditoria devidamente estruturado e outro sujeito a retrabalho e ineficiências.

Um dos aspetos mais marcantes desta fase foi a perceção de que o rigor deve começar desde os alicerces. Assegurar que a equipa parte de uma base de informação fiável não é meramente uma questão de organização interna, mas sim uma condição essencial para garantir a credibilidade, a consistência e a robustez de todo o processo de auditoria.

3.3.2.2 Revisão das Contas

Antes de iniciar qualquer percurso, é imprescindível compreender o contexto e as condições do ambiente em que se irá atuar. Esta máxima foi-me transmitida antes do início da primeira tarefa diretamente relacionada com o trabalho de auditoria. Esta tarefa consistiu na verificação da existência da *Engagement Letter*, formaliza o acordo entre a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) e a entidade auditada, especificando os termos e condições do trabalho a realizar e, caso não estivesse atualizada, na sua respetiva inserção no processo. Este documento, elaborado de acordo com a ISA 210 – Acordar os Termos de Trabalhos de Auditoria, integra e substitui vários elementos contratuais, nomeadamente:

- O contrato de prestação de serviços de auditoria;
- A proposta financeira e técnica apresentada pela SROC;
- Os termos de aceitação pela entidade auditada.

A *Engagement Letter* ou Carta de Compromisso inclui diversas secções estruturadas que garantem a clareza e a abrangência do acordo:

- Objeto do trabalho de auditoria: define o âmbito do serviço, normalmente a auditoria legal às demonstrações financeiras de determinado exercício económico;
- Responsabilidades da administração da entidade: entre as quais, a preparação e apresentação verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras, o estabelecimento de um sistema de controlo interno eficaz e a disponibilização de toda a informação relevante ao auditor;
- Responsabilidades da SROC/Auditor: onde se explicita o dever de planear e executar a auditoria com base nas ISA e no código ético profissional, com vista a emitir uma opinião técnica sobre as demonstrações financeiras;
- Materialidade e risco: é esclarecido que, devido à natureza da auditoria, pode não ser detetada toda e qualquer distorção material;
- Declaração sobre independência: afirmação expressa da independência da SROC e ausência de conflitos de interesse;
- Honorários e condições de pagamento: incluindo valores, prazos e eventuais encargos adicionais;
- Condições gerais: cláusulas sobre confidencialidade, prazos, foro competente, e eventuais causas de rescisão.

A correta emissão e conservação da Carta de Compromisso garante não apenas a base legal da auditoria, mas também a salvaguarda da independência e a definição de expectativas mútuas entre auditor e auditado, que é a condição essencial para a boa execução do trabalho.

3.3.2.3 Outros Dados

Uma das tarefas fundamentais associadas ao Dossier Permanente consiste na verificação da integridade, atualidade e completude da secção designada “Outros Dados”. Esta atividade tem como principal objetivo assegurar que toda a documentação de suporte estrutural à auditoria se encontra devidamente organizada, atualizada e arquivada. A manutenção rigorosa desta secção permite ao auditor obter uma compreensão abrangente e contextualizada da entidade auditada, nomeadamente no que respeita à sua evolução ao

longo dos exercícios económicos anteriores, contribuindo para uma adequada avaliação preliminar dos riscos e para um planeamento eficaz da auditoria. Em concreto, foram analisados e revistos os seguintes elementos documentais, assegurando que o documento mais recente se encontrava arquivado:

- Pacto Social/Estatutos da entidade auditada;
- Identificação dos sócios ou acionistas, incluindo:
 - Nome completo;
 - Número de Identificação Fiscal (NIF);
 - Percentagem de Capital Social detido;
 - Valor do Capital Social detido;
- Composição dos Órgãos Sociais, nomeadamente:
 - Conselho de Administração, Fiscal Único e Fiscal Único Suplente, no caso de Sociedades Anónimas;
 - Gerência, no caso de Sociedades por Quotas;
- Certidão Permanente atualizada;
- Livro de Atas, assegurando que estava completo e acessível;
- Contratos e Documentos relevantes, tais como:
 - Contratos de Financiamentos Bancários;
 - Escrituras de Imóveis;
 - Relatórios de avaliação de Ativos efetuados por peritos independentes.
- Declarações Fiscais e Contabilísticas dos exercícios auditados, nomeadamente:
 - IES – Informação Empresarial Simplificada;
 - Modelo 22 – Declaração de IRC;
- Elementos Patrimoniais, incluindo, por exemplo:
 - Cadernetas Prediais;
 - Certidão Registos Prediais;
 - Documentos Únicos de Viaturas.
 -

Para cada exercício auditado, foram também verificados:

- Relatório e Contas (RC);

- Declaração do Órgão de Gestão (DOG);
- Certificação Legal das Contas (CLC).

Apesar de revestir uma natureza eminentemente documental, esta tarefa revelou-se essencial para aprofundar a compreensão do papel do Dossier Permanente enquanto instrumento de referência transversal a todo o processo de auditoria. A sua correta organização e atualização contribui significativamente para a avaliação adequada do risco, para a análise do sistema de controlo interno e para a apreciação da continuidade da entidade auditada, assumindo-se, assim, como um suporte estratégico à atuação do auditor.

3.3.2.4 Conhecimento do Negócio

Um dos pilares fundamentais da auditoria consiste na obtenção de um conhecimento profundo do negócio da entidade auditada. Durante o estágio, tive a oportunidade de colaborar com esta etapa, acedendo à área "Conhecimento do Negócio" no SIPTA, no qual são recolhidos e registados elementos que permitem caracterizar o ambiente em que a entidade opera. Este conhecimento é crucial para que o auditor possa identificar riscos específicos do setor de atividade ou fragilidades operacionais, adaptando o planeamento e os procedimentos de auditoria às características reais da entidade.

Uma das afirmações proclamadas regularmente por um dos auditores seniores da equipa era que se compreendêssemos o negócio permitia-nos identificar potenciais fatores de risco e potenciais distorções nas demonstrações financeiras.

A minha participação nesta fase permitiu-me perceber que o auditor deve conhecer não apenas a estrutura interna da empresa, como também o seu enquadramento externo, analisando o setor económico, os fatores concorrenciais, a regulamentação aplicável e os elementos de governação. Estes aspetos foram devidamente considerados e refletem-se nos pontos analisados na aplicação prática:

- Tipo de atividade exercida pelo cliente (comercial, industrial, serviços ou mista);
- Descrição da atividade por CAE e respetiva interpretação no contexto real da entidade;

- Atividade comercial e industrial (quando aplicável), nomeadamente o modelo de distribuição e estrutura da cadeia de valor;
- Composição da base de clientes e nível de dependência dos mesmos;
- Estrutura de governação e nível de envolvimento dos sócios ou acionistas na gestão;
- Outros aspetos estruturais ou conjunturais com impacto relevante no risco da auditoria.

A tarefa desenvolvida consistiu na verificação da atualidade das informações inseridas no sistema, bem como na recolha de dados adicionais, quando necessário, nomeadamente através de pesquisa em Relatórios do setor económico. Este conhecimento do negócio não é apenas uma formalidade documental, representa uma etapa indispensável para garantir que a auditoria é eficiente, dirigida a áreas críticas, e suportada por uma análise contextualizada da entidade. A não realização adequada deste trabalho pode comprometer a fiabilidade das conclusões do auditor e, conseqüentemente, a qualidade do relatório de auditoria emitido. Em concreto esta etapa contribui diretamente para:

- Ajustar os testes substantivos;
- Avaliar a natureza e extensão dos riscos identificados;
- Definir os pontos de contacto com a administração;
- Determinar a experiência necessária da equipa afeta à auditoria.

Em suma, esta etapa do Dossier Permanente revelou-se essencial para compreender a lógica económica do cliente e adaptar o planeamento da auditoria à sua realidade concreta, antecipando potenciais dificuldades e assegurando a adequada cobertura dos riscos relevantes.

3.3.2.5 SISC – Sistema de Informação e Sistema Contabilístico

Atualmente, auditar é também compreender os sistemas que geram a informação. Esta frase, partilhada por um dos auditores da SROC onde estagiei, marcou profundamente a forma como passei a encarar o papel do auditor num contexto em que a tecnologia e os sistemas de informação assumem uma importância crescente. Durante o estágio, embora não tenha participado ativamente na recolha técnica da informação desta

secção, acompanhei de perto a abordagem adotada pela equipa na análise do sistema de informação e sistema contabilístico (SISC) das entidades auditadas. Esta componente visa documentar o ambiente tecnológico e contabilístico onde assenta o registo e o tratamento da informação financeira, assumindo-se como um fator determinante na avaliação da fiabilidade da contabilidade e dos riscos associados à auditoria. Esta zona de trabalho reúne elementos como a identificação dos softwares utilizados, os módulos operacionais ativos, os perfis de utilizador, os fluxos de aprovação de dados e as medidas de segurança lógica implementadas. Este conhecimento permite à equipa de auditoria compreender o grau de integração e automatização dos processos contabilísticos e avaliar se os sistemas utilizados garantem a integridade, completude e rastreabilidade da informação. Foi inclusive partilhado comigo que a empresa acolhedora reconhece a crescente complexidade dos sistemas de informação utilizados pelas entidades e que, por esse motivo, considerava reforçar a equipa com um auditor especializado em tecnologias da informação. O objetivo seria apoiar na validação de sistemas, nas extrações de dados diretamente dos ERP utilizados pelos clientes e na realização de testes automatizados – uma tendência crescente nas firmas de auditoria mais estruturadas. Este contacto, mesmo indireto, permitiu-me perceber a relevância de dominar não apenas os princípios da contabilidade, mas também os fundamentos dos sistemas que os suportam.

Ao longo do estágio, tive contacto com realidades contrastantes. Em algumas entidades auditadas, sobretudo nas que possuíam contabilidade interna, os sistemas informáticos eram robustos, com regras de controlo bem definidas, fluxos automáticos e registos organizados. Nessas entidades, existia uma evidente preocupação com a fiabilidade dos dados e com o suporte documental aos lançamentos contabilísticos. Por outro lado, em muitas pequenas entidades com contabilidade externa, a realidade era bastante diferente: a informação encontrava-se frequentemente dispersa, os registos eram introduzidos com base em documentação enviada periodicamente ao gabinete de contabilidade, e os fluxos operacionais raramente estavam alinhados com os circuitos contabilísticos. Estas diferenças tornavam evidente a importância da avaliação do SISC no planeamento e execução da auditoria. Quando os sistemas utilizados pela entidade revelam fragilidades, falhas de controlo ou ausência de automatismos relevantes, o auditor deve ajustar a sua abordagem, aplicando procedimentos substantivos mais extensos e cautelosos. Esta relação direta entre a qualidade do sistema de informação e a natureza dos procedimentos a aplicar está consagrada na ISA 315 revista, que exige que

o auditor compreenda os sistemas relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras, e na ISA 330, que orienta a resposta aos riscos identificados.

Foi particularmente interessante perceber que, mesmo em entidades com poucos recursos, a existência de um software simples, mas bem configurado e utilizado com disciplina, podia representar uma mais-valia significativa na organização da contabilidade e na facilidade com que a auditoria era conduzida. Esta percepção reforçou a minha convicção de que a tecnologia, quando bem aplicada, não substitui o auditor, mas torna o seu trabalho mais eficaz, permitindo-lhe focar-se na análise crítica e no julgamento profissional.

Concluo, por isso, que a análise ao SISC é hoje uma componente incontornável do trabalho de auditoria, sobretudo num contexto empresarial em que a digitalização e desmaterialização avançam rapidamente. A exposição a esta realidade, mesmo sem intervenção direta, permitiu-me compreender o papel central que os sistemas desempenham na qualidade da informação financeira e na eficiência dos trabalhos de auditoria.

3.3.2.6 SCI – Sistema de Controlo Interno

A análise ao Sistema de Controlo Interno das entidades auditadas representa uma etapa central do planeamento da auditoria, conforme previsto na ISA 315 (revista). Esta análise permite ao auditor identificar controlos relevantes, avaliar o grau de fiabilidade da informação financeira produzida e decidir sobre a natureza, extensão e oportunidade dos procedimentos a aplicar, tal como descrito na ISA 330. A comunicação de deficiências significativas, quando detetadas, está por sua vez regulada pela ISA 265.

Durante o estágio, acompanhei de forma próxima o trabalho desenvolvido pela equipa de auditoria no levantamento e validação dos SCI das entidades auditadas. Em grande parte dos casos, os controlos internos já se encontravam previamente documentados no *template* normalizado da SROC, sendo a função do ano corrente verificar, com base em reuniões ou confirmações com os responsáveis das entidades, se os dados se mantinham atuais e corretos.

Os elementos analisados incluíam:

- A identificação das áreas/circuitos principais (compras, vendas, recursos humanos, stocks, tesouraria, etc.);
- A descrição dos procedimentos existentes, nomeadamente os controlos preventivos e detetivos em vigor;
- A identificação de pontos fortes e controlos-chave;
- A sinalização de fragilidades, pontos de melhoria ou ausência de segregação de funções;
- A documentação das conclusões do auditor sobre a fiabilidade e impacto do SCI na auditoria.

A utilização destes modelos permitiu uma abordagem sistematizada e uniforme entre entidades auditadas, assegurando a consistência do trabalho. Esta estrutura está prevista no Manual de Controlo Interno da Qualidade da SROC, sendo também referida nos Guias Horizontal e Vertical da OROC como boa prática para auditorias a pequenas e médias empresas.

Ao longo da experiência, foi possível observar que:

- Nas entidades com contabilidade interna, os sistemas de controlo apresentavam maior maturidade, com processos formalizados e mecanismos internos de revisão;
- Já nas entidades com contabilidade externa, a informação surgia mais dispersa, com falhas de documentação, informalidade nos fluxos e forte centralização de tarefas, o que comprometia a existência de controlos eficazes.

Estas limitações são particularmente relevantes em empresas familiares, onde frequentemente se verifica a acumulação de funções críticas por parte de um único elemento da gestão, o que reduz a robustez do SCI e aumenta o risco de distorção não detetada.

Esta componente, a última do Dossier Permanente, foi, assim, essencial para reforçar o meu entendimento sobre o papel do controlo interno na auditoria, quer como fonte de fiabilidade, quer como base para ajustar a natureza e extensão dos testes a aplicar. A validação dos SCI, mesmo quando parcial, constitui um momento de análise crítica sobre o ambiente de controlo da entidade auditada, sendo determinante para sustentar o julgamento profissional do auditor.

Uma das etapas que acompanhei de forma mais próxima durante o estágio foi o levantamento do Sistema de Controlo Interno (SCI) das entidades auditadas. Esta tarefa era, por norma, facilitada pela existência de inquéritos previamente preenchidos em auditorias anteriores, sendo, por isso, necessário apenas confirmar a sua atualidade e, quando aplicável, efetuar atualizações junto do cliente.

O procedimento tinha por base um modelo-padrão de levantamento do SCI utilizado pela SROC, que abrangia vários ciclos funcionais da entidade (como Clientes, Vendas e Prestação de Serviços ou Fornecedores e Compras , entre outros). Para cada ciclo, era efetuada uma descrição dos circuitos existentes, identificando os procedimentos implementados, os pontos fortes, os pontos fracos e eventuais sugestões de melhoria.

No caso das entidades com contabilidade interna, observava-se, em geral, uma estrutura organizativa mais robusta, com fluxos de informação mais claros, registos devidamente organizados e maior capacidade de resposta a pedidos do auditor. A existência de um sistema orçamental, de *reporting* interno e de mecanismos de reconciliação periódica eram elementos frequentes. Este tipo de entidades demonstrava, por norma, um sistema de controlo interno mais estruturado, o que permitia uma avaliação mais eficaz da fiabilidade da informação financeira. Por outro lado, as entidades com contabilidade externa apresentavam frequentemente maior dispersão da informação, ausência de segregação de funções e menor formalização dos processos. Estas características dificultavam o trabalho do auditor, obrigando, muitas vezes, à execução de testes adicionais ou à recolha de evidência complementar para compensar as fragilidades detetadas nos controlos internos. Este contraste entre os dois tipos de entidades reforçou a perceção da importância de um bom SCI na eficácia da auditoria. Um sistema bem desenhado e implementado permite ao auditor confiar em determinados controlos, ajustando em conformidade os procedimentos substantivos, como previsto na ISA 330. Para tal, é indispensável que o auditor compreenda a estrutura de controlo da entidade, conforme previsto na ISA 315 revista, bem como na documentação técnica emitida pela OROC, nomeadamente o Guia de Aplicação a Pequenas e Médias Empresas.

A nível prático, esta atividade revelou-se fundamental para:

- Entender os fluxos internos da entidade e os pontos críticos do processo contabilístico;
- Avaliar a existência (ou ausência) de segregação de funções;

- Apoiar a definição dos riscos significativos de distorção material;
- Contribuir para a fundamentação das decisões sobre a extensão dos procedimentos de auditoria.

Esta vertente da auditoria, centrada no controlo interno, revelou-se uma componente crucial na minha formação como auditor júnior/estagiário. O contacto com realidades organizacionais diversas permitiu desenvolver um olhar crítico sobre a importância dos circuitos documentais, da fiabilidade da informação e da adequação dos procedimentos às normas profissionais.

3.3.3 Dossier Corrente: CLC - Modelos e Mapas de Trabalho

No seguimento do trabalho de análise ao Dossier Permanente, o estágio permitiu-me igualmente contactar com o Dossier Corrente, elemento central da auditoria anual, no qual são arquivados os documentos e papéis de trabalho referentes ao exercício em análise. Este dossier reflete o desenvolvimento concreto dos procedimentos planeados e a obtenção da evidência de auditoria necessária para fundamentar a opinião do revisor oficial de contas.

Ao longo do estágio, acompanhei todas as etapas principais da auditoria, integradas neste dossier, com destaque para os trabalhos relativos às fases de compromisso, identificação de riscos, planeamento estratégico e execução. Estes momentos foram vividos com elevado rigor, sob a supervisão dos revisores e auditores seniores da SROC, tendo permitido aplicar os referenciais normativos e técnicos apreendidos ao longo da formação académica, como as ISAs.

Os papéis de trabalho analisados e preenchidos nesta fase estão intrinsecamente associados à Certificação Legal das Contas e foram organizados no SIPTA, ferramenta estruturante que assegura a uniformização e rastreabilidade dos procedimentos realizados. Este subcapítulo detalha os documentos e tarefas desenvolvidas em cada uma das fases mencionadas, evidenciando a sua articulação com os objetivos de auditoria e a importância de cada momento na formação do juízo profissional do auditor.

3.3.3.1 Compromisso

A fase de compromisso representa o início formal de qualquer trabalho de auditoria, sendo essencial para garantir que a aceitação ou continuidade do cliente cumpre os requisitos éticos e profissionais exigidos pela profissão. Esta fase está amplamente regulada pela ISA 210 – Acordar os Termos de Trabalhos de Auditoria, pela ISA 220 – Controlo de Qualidade para uma Auditoria de Demonstrações Financeiras, e pela ISQM 1 – Sistema de Gestão da Qualidade das SROC, bem como pelo Código de Ética do IESBA, que estabelece os princípios fundamentais de integridade, objetividade, competência profissional, confidencialidade e comportamento profissional.

Durante o estágio, acompanhei de perto esta fase, assistindo ao rigor com que a equipa procedia à análise da aceitação e continuidade de clientes, antes de qualquer intervenção técnica. Essa análise iniciava-se com o preenchimento do Questionário de Aceitação ou de Continuação de Clientes, conforme se tratasse de um novo cliente ou de uma entidade já auditada em exercícios anteriores. Estes questionários abrangem diversas áreas, desde a verificação da integridade da gerência, existência de litígios ou sanções, até à análise da situação financeira e reputacional da entidade.

A informação reunida é complementada com pesquisa independente (como consultas públicas, análise de demonstrações financeiras anteriores e, quando aplicável, contacto com o auditor cessante), sendo posteriormente avaliada pelo sócio responsável. A decisão de aceitar ou manter o cliente depende da ausência de proibições éticas ou legais e da existência de condições adequadas para o cumprimento das normas técnicas.

Outro procedimento que integrei nesta fase foi a verificação da independência da equipa, através do preenchimento do Questionário de Independência, no qual todos os membros da equipa com potencial contacto com a entidade auditada confirmam não possuir qualquer relação, direta ou indireta, que possa comprometer a sua objetividade. Com base nesse questionário, é elaborada a Declaração de Independência, documento que formaliza o compromisso ético dos envolvidos.

Além disso, também acompanhei a emissão da Declaração de Confidencialidade, onde cada colaborador reconhece o dever de proteger toda a informação obtida no decurso do trabalho, em conformidade com a Secção 140 do Código do IESBA. Este compromisso é extensível a todos os clientes da sociedade, sendo renovado regularmente.

Esta fase, apesar de ser frequentemente invisível ao exterior, revelou-se fundamental para perceber que a auditoria começa muito antes dos procedimentos

técnicos: começa na ética profissional. O cuidado com que estas avaliações eram conduzidas transmitiu-me a noção clara de que a independência, a integridade e a capacidade de cumprir com qualidade os trabalhos assumidos são o verdadeiro ponto de partida para uma auditoria credível. Com este conjunto de procedimentos concluído e aprovado, é então possível correlacionar com a emissão da Carta de Compromisso, formalizando os termos da auditoria — tema abordado no subcapítulo anterior. Só após esta validação se inicia o planeamento da auditoria em sentido técnico.

Em suma, esta fase marcou-me pela sua natureza preventiva e pela responsabilidade que encerra. Compreendi que, para o auditor, a qualidade começa nas decisões éticas e no respeito pelas normas profissionais, antes mesmo de qualquer análise contabilística ou financeira.

3.3.3.2 Identificação de Riscos

A fase de identificação e avaliação de riscos representa, no contexto da auditoria financeira, um dos momentos de maior exigência técnica e profissional. É neste momento que a equipa de auditoria interpreta toda a informação recolhida até então e avalia a probabilidade de ocorrência de distorções materiais nas demonstrações financeiras, sejam elas resultantes de erro ou fraude. Esta fase fundamenta-se sobretudo na ISA 315 revista, complementada pela ISA 240, no que respeita à identificação do risco de fraude, e pela ISA 250 revista, quanto ao cumprimento de leis e regulamentos.

Durante o estágio, acompanhei com interesse esta fase, especialmente no que respeita ao cumprimento das obrigações legais e regulamentares relativas ao combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (BCFT), nos termos da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, bem como das orientações da CMVM, UIF/OROC e GAFI. Foi através deste enquadramento que tive oportunidade de observar, e em certos casos participar, na análise do risco de BCFT associada às entidades auditadas.

Esta análise inicia-se com o preenchimento de um conjunto de instrumentos normalizados pela SROC, concebidos para garantir o cumprimento das normas legais e a uniformização da avaliação do risco. O primeiro documento analisado é o questionário de identificação do cliente e do beneficiário efetivo, onde são recolhidos elementos de identificação da entidade, dos seus representantes legais e dos seus beneficiários efetivos.

O objetivo é garantir o cumprimento do dever de identificação previsto no artigo 24.º da Lei BCFT, incluindo a verificação da eventual existência de Pessoas Politicamente Expostas (PPE), seus familiares próximos ou associados relevantes.

Segue-se o preenchimento da atribuição de nível do risco, segundo o GAT 16 referente a Avaliação de Risco de BCFT, estruturado num ficheiro Excel com fórmulas que atribuem uma classificação de risco com base em fatores objetivos e qualitativos. Este instrumento permite categorizar o risco da entidade como reduzido, médio ou elevado, conforme critérios legalmente definidos, nomeadamente a estrutura societária, a jurisdição da sede, a natureza da atividade, a existência de intermediários, entre outros. Atribuído o nível de risco, a equipa de auditoria define as medidas de diligência adequadas: simples, normais ou reforçadas.

Foi particularmente interessante assistir ao uso da *checklist* semelhante ao Anexo II do GAT 16, que distingue fatores de risco reduzido, e ao Anexo III, que aponta indicadores de risco mais elevado. Esta abordagem sistemática permitiu-me perceber como o auditor, mesmo sem ser autoridade judiciária, deve estar alerta para sinais de operações ou estruturas com características atípicas, devendo exercer o chamado ceticismo profissional, tal como preconizado na ISA 200.

Durante esta fase, também observei que em alguns casos foi necessário solicitar documentação complementar aos clientes, nomeadamente sobre o controlo societário, contratos de financiamento ou operações com partes relacionadas. Estes pedidos tinham por objetivo completar ou validar a avaliação de risco previamente realizada e garantir a existência de evidência documental suficiente para efeitos de prova da diligência aplicada, conforme exige o artigo 36.º da Lei BCFT.

Uma das ferramentas utilizadas pela equipa no contexto desta avaliação foi também a plataforma PEPDATA, disponibilizada pela Unidade de Informação Financeira da Polícia Judiciária. Esta plataforma permite verificar, de forma célere e segura, se os representantes legais, beneficiários efetivos ou outros elementos associados à entidade auditada constam da lista nacional de Pessoas Politicamente Expostas, ou se existem registos relevantes que indiquem um risco elevado de BCFT. A sua utilização enquadra-se nas obrigações de diligência reforçada previstas na Lei n.º 83/2017 e constitui uma salvaguarda adicional do auditor perante a aceitação ou manutenção do cliente.

A fase de avaliação de risco não se limita, contudo, às obrigações legais. Com base na informação recolhida no Dossier Permanente, na experiência da equipa com o cliente e nos dados obtidos junto da administração, são igualmente avaliadas as áreas com maior suscetibilidade de erro material, como existências, clientes, partes relacionadas, entre outras. Estes riscos são registados no SIPTA, devidamente justificados, e servirão de base à definição da estratégia de auditoria a adotar.

Acompanhando esta fase, compreendi o peso crescente que o cumprimento normativo e o risco não contabilístico têm na definição do foco da auditoria. Numa realidade onde o controlo interno é frequentemente débil (como acontece em muitas PME auditadas), a capacidade do auditor em identificar sinais indiretos de risco é determinante para o sucesso do trabalho. Esta etapa, embora muitas vezes silenciosa e analítica, marca profundamente a direção de toda a auditoria e exige um elevado grau de discernimento, experiência e rigor profissional.

3.3.3.3 Planeamento Estratégico

A fase de planeamento estratégico assume um papel absolutamente central na metodologia de auditoria, pois representa o ponto de viragem entre o conhecimento prévio da entidade e a definição concreta dos procedimentos que serão executados. A sua importância advém do facto de ser nela que se avalia o risco global da entidade auditada, se define a materialidade, se analisam os controlos internos e se estabelece a abordagem que melhor responde à estrutura da empresa. Esta etapa é regulada, essencialmente, pela ISA 300 – Planear uma Auditoria de Demonstrações Financeiras, complementada pela ISA 315 (revista), ISA 330, ISA 240 e ISA 320.

Durante o meu estágio, pude participar em diversas tarefas que integram esta fase. Um dos primeiros documentos que analisei foi a lista de questionário do sistema de controlo interno. Este instrumento permitia à equipa identificar as áreas das demonstrações financeiras que apresentam maior risco ou relevância, considerando fatores como a materialidade, o grau de complexidade dos processos e a exposição histórica a erros. A partir dessa análise, definia-se quais os questionários a aplicar e quais os controlos a testar.

O primeiro modelo técnico aplicado foi o questionário referente ao levantamento e descrição dos controlos existentes, onde registávamos os procedimentos operacionais em áreas como vendas, compras, inventários, recursos humanos e meios financeiros. Este instrumento permitiu compreender os processos e identificar a existência de procedimentos formais, autorizações e validações no sistema de informação. A sua utilidade era evidente não apenas para o auditor, mas também para os clientes auditados, pois revelava lacunas organizativas.

Seguidamente, o questionário que descreve, seguido de um teste aos controlos, o qual permitia avaliar a eficácia teórica dos procedimentos e decidir se os mesmos seriam testados durante a auditoria. Esta decisão dependia da robustez dos controlos identificados e da documentação de suporte apresentada pela entidade. A opção entre aplicar testes substantivos ou confiar parcialmente nos controlos internos tinha um impacto direto no volume e tipo de procedimentos a executar.

A análise dos controlos era complementada por um ficheiro consolidado de sistema de controlo interno, uma base de dados interna com fluxos-tipo utilizados pela SROC. Através deste ficheiro, era possível comparar os controlos da entidade auditada com as melhores práticas observadas noutras auditorias. Esta padronização interna permite à equipa de trabalho garantir uniformidade na abordagem metodológica, enquanto facilita a formação de membros juniores, como foi o meu caso.

O questionário do Sistema de Controlo Interno servia para avaliar, por área funcional, a eficácia global do sistema de controlo da entidade. Era uma ferramenta de síntese, que cruzava informação obtida nos questionários anteriores e identificava os riscos associados a cada processo. Complementarmente, o questionário da avaliação do risco de distorção material (RDM) atribuía uma classificação de risco por rubrica, com base no risco inerente, risco de controlo e risco de deteção. Esta avaliação era essencial para construir uma matriz de risco que sustentava a definição da estratégia de auditoria.

Essa informação era depois resumida numa lista de avaliação de áreas significativas, onde se definia se seriam aplicados testes substantivos, testes de controlo ou uma abordagem mista. Esta lista, com base na avaliação integrada dos riscos e da eficácia dos controlos, orientava o planeamento dos procedimentos, permitindo à equipa de auditoria focar os recursos nas áreas de maior exposição a erros materiais ou riscos significativos.

Outro eixo estruturante do planeamento era a definição da materialidade. Este instrumento estabelecia três níveis de limiares: a materialidade global, a materialidade de execução e a quantia claramente insignificante. A escolha do indicador base (vendas, ativos ou resultados) dependia da natureza da entidade, sendo justificada com base no grau de exigência dos utilizadores das demonstrações financeiras. Esta decisão técnica, embora complexa, era rigorosamente documentada para garantir rastreabilidade e conformidade com a ISA 320.

Toda esta informação era integrada no Memorando de Estratégia de Auditoria, documento central da fase de planeamento. Nele se descreve a abordagem global da auditoria, os riscos identificados, os procedimentos a aplicar, os membros da equipa, os prazos e as principais áreas de foco. Este memorando representava a tradução prática de todo o raciocínio técnico subjacente ao planeamento e permitia justificar de forma estruturada as decisões tomadas. Durante o estágio, tive a oportunidade de observar vários memorandos e discutir o seu conteúdo com os auditores seniores da equipa.

Antes do início da execução, era preenchida a *checklist* resumo da avaliação dos riscos e estratégia. Esta verificação final assegurava que todos os documentos obrigatórios estavam concluídos e que o planeamento respeitava as normas técnicas e os procedimentos internos da SROC. A *checklist* permitia confirmar, entre outros aspetos, a definição da materialidade, a validação dos riscos identificados, a atribuição de responsabilidades e a conformidade com a ISA 230 no que respeita à documentação.

No que toca ao risco de fraude, em cumprimento da ISA 240, a equipa preenchia três questionários distintos: Relato Financeiro Fraudulento, Apropriação Indevida de Ativos e Derrogação de Controlos. Estes documentos analisavam, cada um, diferentes perspetivas do risco de fraude, incluindo incentivos, pressões e oportunidades existentes na entidade. A informação recolhida era depois usada para reforçar o ceticismo profissional e delinear testes adicionais em áreas mais suscetíveis.

Com base em todos estes instrumentos, desde os técnicos, aos normativos e ainda os operacionais, a equipa definia a estratégia de auditoria, que deveria estar alinhada com os objetivos de fiabilidade da informação financeira, a realidade organizacional do cliente e os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. Foi muito relevante perceber como todas estas decisões estavam interligadas e dependiam tanto da evidência documental como do julgamento profissional informado.

O planeamento, assim realizado, não é apenas uma formalidade normativa, mas sim uma etapa altamente técnica que determina a qualidade e eficácia do trabalho subsequente. Um planeamento incompleto ou mal fundamentado pode comprometer a auditoria no seu todo. Ao longo do meu estágio, compreendi que a auditoria exige uma postura sistemática, crítica e metódica, sendo o planeamento a base de toda essa estrutura.

Em conclusão, esta fase revelou-se determinante na minha aprendizagem, não só pela diversidade de instrumentos técnicos aplicados, mas pela exigência de fundamentação e clareza em cada decisão tomada. A oportunidade de participar ativamente na análise de riscos, na avaliação de controlos e na definição da estratégia foi, sem dúvida, um dos pontos altos do meu estágio. Permitiu-me integrar os conhecimentos académicos com a realidade prática da auditoria, preparando-me de forma sólida para os desafios futuros da profissão.

3.3.3.4 Execução

Concluída a etapa de planeamento, a fase de execução representa o núcleo operativo do trabalho de auditoria. É nesta fase que se aplicam os procedimentos substantivos definidos, com o objetivo de recolher evidência suficiente e apropriada para suportar a opinião do auditor. Durante a execução, os trabalhos desenvolvidos incidiram sobre os principais ciclos contabilísticos com o objetivo de validar as demonstrações financeiras da entidade auditada. Em cada ciclo, foram considerados os riscos identificados e as asserções relevantes, assegurando que os procedimentos aplicados visavam responder a essas asserções de forma adequada. Importa sublinhar que a descrição apresentada no Apêndice I diz respeito ao procedimento padrão aplicáveis à maioria das entidades auditadas no decurso do estágio. Embora determinados clientes exijam adaptações específicas, seja em função do setor, dimensão ou grau de risco, opta-se por apresentar os procedimentos mais representativos e transversais à prática da auditoria financeira.

4 Resultados do Estágio face ao Modelo de Análise

A primeira grande conclusão após a realização do estágio face à revisão da literatura efetuada e ao modelo de análise definido consubstancia-se na constatação de que os pressupostos teóricos explorados se revelam, em larga medida, válidos no contexto prático das auditorias acompanhadas. A articulação entre a experiência empírica e os referenciais normativos e conceptuais permitiu não apenas corroborar as três asserções formuladas, mas também aprofundar a compreensão do papel da auditoria enquanto instrumento de reforço da fiabilidade financeira, da eficácia dos sistemas de controlo interno e da relevância crescente das tecnologias da informação. Este subcapítulo apresenta, assim, uma análise crítica e integrada dos resultados observados, respondendo às quatro questões de investigação definidas no Capítulo II e estabelecendo pontes claras com a literatura especializada em auditoria financeira.

4.1 A1. A tecnologia fortalece o controlo interno

4.1.1 Q1: A utilização de tecnologias de informação (ex.: ERP) pelas empresas influencia significativamente a eficácia dos controlos internos e, consequentemente, a qualidade da auditoria?

Durante o estágio, ficou demonstrado que as entidades com sistemas de informação integrados apresentavam mecanismos de controlo interno mais eficazes, com fluxos automáticos de aprovação, maior rastreabilidade das operações e redução de falhas manuais. A tecnologia tornou possível implementar controlos preventivos e detetivos em tempo real, o que fortaleceu significativamente o ambiente de controlo.

Este resultado confirma o que foi salientado por Arens *et al.* (2017), quando referem que “a tecnologia da informação constitui uma ferramenta essencial para reforçar os controlos internos, permitindo uma maior fiabilidade da informação processada”. De igual forma, a ISA 315 revista reconhece a importância dos sistemas de informação no processo de avaliação de risco e identificação dos controlos relevantes. Assim, a evidência empírica recolhida valida a asserção de que a tecnologia constitui um potenciador da eficácia do controlo interno e, por consequência, da qualidade da auditoria.

4.2 A2. O controlo interno otimiza a auditoria

4.2.1 Q2: A avaliação positiva do controlo interno de uma empresa permite reduzir a extensão dos testes substantivos a realizar?

Sim. Verificou-se que, nas entidades com controlo interno robusto e eficaz, a equipa de auditoria adotou uma abordagem baseada em testes de controlo e, após confirmar a sua eficácia, reduziu proporcionalmente a extensão dos testes substantivos. Pelo contrário, nas entidades com debilidades no sistema de controlo, foi necessário aplicar procedimentos substantivos mais extensivos e detalhados.

Este comportamento está em conformidade com a ISA 330, que determina que o auditor deve ajustar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos com base nos controlos existentes. Além disso, Messier *et al.* (2020) afirmam que “um controlo interno eficaz permite ao auditor desenvolver procedimentos menos invasivos, otimizando o esforço de auditoria e o custo associado”. A prática observada corrobora, assim, a teoria estudada, validando esta asserção.

4.3 A3. A auditoria eleva a fiabilidade financeira

4.3.1 Q3: De que forma a auditoria, executada com base nas normas e princípios profissionais, contribui para aumentar a confiança na informação financeira?

A aplicação das ISA, com destaque para as normas de planeamento (ISA 300), risco (ISA 315 revista e ISA 330) e materialidade (ISA 320), demonstrou na prática que a auditoria é conduzida segundo princípios profissionais exigentes. O relatório de auditoria é emitido com base em evidência suficiente e apropriada (ISA 500), o que confere um elevado grau de credibilidade às demonstrações financeiras.

Este efeito está alinhado com a afirmação de Porter *et al.* (2015), que referem que “a função do auditor é aumentar a fiabilidade da informação financeira para os utilizadores externos, servindo de garante da sua credibilidade”. O estágio permitiu perceber que, mesmo em empresas de menor dimensão, a auditoria é um sinal de transparência e responsabilidade perante o mercado e os *stakeholders*.

4.3.2 Q4: Qual a importância da auditoria externa numa empresa?

Para além da função legal e técnica, a auditoria externa desempenha um papel relevante na promoção da disciplina organizacional. A sua presença incentiva a formalização de políticas internas, o reforço dos sistemas de controlo e a melhoria da qualidade da informação financeira. No decorrer do estágio, observei que várias entidades auditadas valorizavam o parecer do auditor não apenas como um requisito, mas como um instrumento de governação.

Este resultado está de acordo com a perspetiva de Gray *et al.* (2011), que consideram que “a auditoria contribui para o bom funcionamento do mercado, assegurando que a informação financeira é preparada com rigor e sujeita a validação independente”. Assim, esta última questão reforça a terceira asserção, comprovando que a auditoria externa tem um impacto direto na confiança e reputação das entidades auditadas.

5 Nota Conclusiva

Em segunda ordem de análise conclusiva, pode afirmar-se que a realização deste estágio e do presente relatório não constitui apenas o término de um ciclo formativo, mas sim a ultrapassagem de uma fronteira essencial: aquela que separa o conhecimento académico da experiência profissional. O processo de auditoria, anteriormente conceptualizado em manuais e sessões teóricas, revelou-se um território substancialmente mais denso, onde a norma interage com a contingência, a técnica com o juízo profissional, e a ética com as pressões contextuais.

Mais do que aplicar procedimentos, foi necessário compreender ambientes organizacionais, ler os silêncios implícitos nos dados, desconfiar da aparente normalidade e validar a plausibilidade do improvável. A tecnologia, frequentemente percecionada como mero instrumento, revelou-se uma infraestrutura crítica: expôs falhas, consolidou padrões e reformulou a forma como a evidência é recolhida e tratada. Quando inteligentemente integrada, a tecnologia deixou de ser apenas uma ferramenta de apoio para assumir um papel central na determinação da fiabilidade da informação. Contudo, a sua eficácia está inexoravelmente dependente da arquitetura de controlo interno em que se insere. Um sistema que digitaliza fragilidades apenas reproduz ineficiências. Foi nesta

interdependência entre tecnologia e controlo interno que emergiu o primeiro eixo de reflexão: a digitalização, quando aliada a uma cultura de controlo, eleva a consistência, a rastreabilidade e a robustez das operações (A1).

Este ambiente de controlo, quando amadurecido, tem implicações diretas na forma como a auditoria é delineada. Redefine prioridades, otimiza a afetação de recursos e torna o processo mais cirúrgico, mais orientado para o risco. A confiança nos mecanismos internos das entidades auditadas traduz-se, em última instância, em confiança no próprio juízo do auditor. É neste ponto que se afirma o segundo eixo de análise: o controlo interno não é apenas objeto da auditoria, é o seu catalisador operativo (A2).

Surge então um terceiro eixo, de natureza estrutural: o modo como a auditoria influencia o ecossistema económico. Num contexto marcado por volatilidade e assimetria informacional, a auditoria externa representa uma âncora de estabilidade e transparência. Quando executada com exigência normativa, independência e espírito crítico, a auditoria não se limita a validar demonstrações financeiras, valida narrativas empresariais. Confere legitimidade, responsabiliza os emissores de informação e protege os interesses de quem decide com base nela (A3).

Estas três dimensões, tecnologia, controlo e confiança, não constituem trilhos paralelos. São etapas interdependentes de um percurso lógico: a tecnologia, quando bem empregue, robustece o controlo interno (A1); o controlo eficaz potencia uma auditoria mais eficiente e com menor risco (A2); e a auditoria, quando exercida com rigor, reforça a confiança nos mercados e nos seus agentes (A3). Trata-se de uma progressão coerente, em que cada camada multiplica o valor da anterior, transformando a prática técnica num bem público.

Contudo, cumpre reconhecer as limitações do estágio. A curta duração do período de imersão, condicionada pelas exigências temporais do calendário letivo, impediu uma atuação autónoma nas fases finais da auditoria, como a emissão de pareceres ou a discussão detalhada com os órgãos de gestão. Adicionalmente, não foi possível aprofundar ciclos relevantes como provisões, contingências ou demonstrações financeiras consolidadas. Essas ausências, ainda que compreensíveis, limitam o alcance generalizável das conclusões obtidas.

Neste sentido, impõe-se uma recomendação para estudos futuros: a análise da viabilidade e da aplicação prática da *ISA for Less Complex Entities* no contexto português.

A sua recente publicação, por parte do *International Auditing and Assurance Standards Board*, representa uma tentativa de adaptar as exigências técnicas da auditoria à realidade das PME, promovendo um equilíbrio entre exigência normativa e proporcionalidade operativa. A sua adoção e aplicação em Portugal poderá constituir não só um contributo relevante para a profissão, mas também um tema promissor para trabalhos futuros de investigação aplicada.

Este estágio não ofereceu apenas respostas, provocou novas perguntas. Levou-me a questionar automatismos, a exigir justificação metodológica em cada procedimento e a reconhecer o valor de uma dúvida bem colocada. A articulação entre teoria e prática não foi uma mera transposição de conceitos, mas sim uma fricção produtiva, onde o saber foi testado, reformulado e, em alguns casos, superado.

Se hoje compreendo melhor o que é auditar, é porque aprendi a fazê-lo em contacto com a realidade. Essa perspetiva, construída a partir da vivência concreta, será sempre a base sobre a qual assentarei o meu desenvolvimento enquanto futuro revisor oficial de contas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, B. J. M. (2017) – Manual de Auditoria Financeira. Escolar Editora.
- Almeida, C. (2022). *Incentivos Fiscais ao Investimento*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.
- Almeida, H. (2022). *O Controlo Interno e a Gestão de Risco: Estudo Caso*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.
- Arens et al (2014). Auditoria Un enfoque integral. 11ª Edição, Pearson Educación – México. ISBN: 978-970-26-0739-7.
- Arens, A. A., Elder, R. J., & Beasley, M. S. (2017). *Auditing and Assurance Services: An Integrated Approach* (16th ed.). Pearson.
- Arens, A. A., Elder, R. J., Beasley, M. S., & Hogan, C. E. (2023). *Auditing and assurance services: An integrated approach* (17th ed.). Pearson.
- Brandão, A. (2023). *A importância do sistema de controlo interno na definição dos procedimentos de auditoria*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.
- Código das Sociedades Comerciais (CSC) - Decreto-Lei n.º 262/86, de 02/09, alterado pela Lei n.º 21/2017, de 25/08.
- Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). (2013). *Internal control—Integrated framework*. <https://www.coso.org/Documents/990025P-Executive-Summary-final-may20.pdf>
- COSO: Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (2013). *Internal Control – Integrated Framework*. [Consultado em 30 de dezembro de 2024]. Disponível em <https://www.coso.org/>.
- Costa, C. B. (2018). Auditoria Financeira teoria e prática. (12ª ed.). Editora Rei dos Livros.
- Creswell, J. W. (2014). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches* (4th ed.). Sage.
- DeFond, M., & Zhang, J. (2014). A review of archival auditing research. *Journal of Accounting and Economics*, 58(2–3), 275–326. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2014.09.001>

Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC) - Lei n.º 140/2015 de 7 de setembro.

Farpa, A. (2024). *Relatório de estágio: Processo de auditoria em PME*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Ferreira, C. (2019). *Sistema de Controlo Interno: Análise e Auditoria*. Universidade dos Açores.

Flick, U. (2018). *An Introduction to Qualitative Research* (6th ed.). Sage.

Fonseca, J. R. (junho de 2008). VI Congresso Português de Sociologia, *Mundos Sociais: Saberes e Práticas. Os Métodos Quantitativos na Sociologia: Dificuldades de Uma Metodologia de Investigação*. Obtido de <http://associacaoportuguesasociologia.pt/vicongresso/pdfs/346.pdf>

Fonseca, R. (2009). *Metodologia do Trabalho Científico*. Brasil: Iesde Brasil.

Fortin, M. F. (1999). *O processo de Investigação: da concepção à realização (2ª Edição)*. Loures: Lusociência

Fortin, M. F. (2009). *O processo de investigação: da concepção à realização (5.ª ed.)*. Loures: Lusociência.

Fortin, M. F. (2009). *O Processo de Investigação: da Concepção à Realização*.

Fortin, M.-F. (2000). *O processo de investigação: Da conceção à realização*.

Gonçalves F. (2024). *Criação de um sistema de controlo interno e reorganização da gestão de uma Fundação*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Gray, I., & Manson, S. (2011). *The Audit Process: Principles, Practice and Cases* (5th ed.). Cengage Learning EMEA.

IAASB (2020) *Handbook of International Quality Control, Auditing, Review, Other Assurance, and Related Services Pronouncements. 2020 Edition – Volume I*

IFAC - International Federation of Accountants (2018). *Handbook of the International Code of Ethics for Professional Accountants*. EUA: Nova Iorque. [Consultado em 30 de dezembro de 2024]. Disponível em: <https://www.ifac.org/system/files/publications/files/IESBA-Handbook-Code-of-Ethics-2018.pdf>

IIA - Institute of Internal Auditors. (2008). Definition of Internal Auditing.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (2009). Glossário da Auditoria. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. [Consultado em 30 de dezembro de 2024]. Disponível em camoes.pt/images/cooperacao/av_au_docs_basic_au4.pdf

International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB). (2021). *International standards on auditing*. <https://www.iaasb.org/publications/international-standards-auditing-isas>

IPAI – Instituto Português de Auditoria Interna (2009). Enquadramento Internacional de Práticas Profissionais de Auditoria Interna.

Lopes, E. (2017). *A adoção das ISA nas práticas de auditoria portuguesas*. Universidade de Lisboa

Messier, W. F., Glover, S. M., & Prawitt, D. F. (2020). *Auditing and Assurance Services: A Systematic Approach* (12th ed.). McGraw-Hill Education.

Nunes, S. (2020). *Os procedimentos da auditoria financeira nas entidades*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

OROC - Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (2007), “Newsletter nº3”, dezembro de 2007, http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Tecnico/n3_Newsletter_ROC.pdf, acedido em 20 de dezembro de 2024.

OROC - Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (2010), “Diretriz de Revisão/Auditoria 410 - Controlo Interno”, <http://www.infocontab.com.pt/download/dra/DRA410.pdf>, , acedido em 20 de dezembro de 2024.

Pacheco, A. (2018). *A Influência da Auditoria Interna e do Controlo Interno numa Instituição de Ensino Superior*. Dissertação de Mestrado de Auditoria, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Pinheiro, J. (2021). *O planeamento da auditoria externa nas PME em Portugal*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Pinheiro, J., (2010) *Auditoria Interna: manual prático para auditores internos: uma abordagem proactiva e a evolução necessária*, Lisboa, Rei dos Livros.

- Pires, J. (2015). *O Controlo Interno no Contexto Municipal: a importância da Norma do Controlo Interno*. Universidade de Coimbra.
- Porter, B., Simon, J., & Hatherly, D. (2015). *Principles of External Auditing* (4th ed.). Wiley.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*.
- Raposo, R. (2020). *O controlo interno na abordagem de auditoria em Portugal: a perceção da relevância pelo auditor externo*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.
- Ribeiro, R. (2016). *Determinação da Materialidade em Auditoria Estudo de um Caso Prático de um Município*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.
- Rodrigues, A. M. (2017). *SNC – Sistema de Normalização Contabilística Administrações Públicas*. Almedina.
- Santos, E. (2015). *O sistema de CI e a qualidade da auditoria*. Universidade de Aveiro.
- Silva, M. (2021). *O Controlo Interno nas Pequenas e Médias Empresas: Uma Revisão Sistemática da Literatura*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.
- Sobral, M. (2015). *O Controlo Interno das empresas angolanas: sua influência no desempenho financeiros dessas organizações: O Caso da empresa E - Freight Forwarding*. Universidade Autónoma de Lisboa
- Sousa, M. J.; Baptista, C. S. (2014). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Tese e Relatórios*.
- Sousa, V., & Baptista, M. (2014). *Investigação Científica em Ciências Sociais: da problematização à apresentação dos resultados*. Lisboa: RH Editora.
- Sousa, V., & Baptista, M. (2014). *Investigação Científica em Ciências Sociais*.
- Tribunal de contas (1999). *Manual de Auditoria e de Procedimentos, Volume I*.
- Yin, R. K. (2018). *Case Study Research and Applications: Design and Methods* (6th ed.). SAGE.

APÊNDICE I – DESCRIÇÃO ANALÍTICA DO ESTÁGIO

1 Clientes, Vendas e Prestação de Serviços

Nesta área, foram aplicados diversos procedimentos de auditoria com o objetivo de validar a existência, exatidão e integralidade dos saldos de clientes e das receitas da entidade auditada, em conformidade com as normas ISA 500 – Prova de Auditoria, ISA 505 - Confirmações Externas e ISA 240 - As Responsabilidades do Auditor Relativas a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras.

1.1 Circularização de Clientes

Procedeu-se à realização do procedimento de circularização, definido como um processo de confirmação externa junto de terceiros. Para tal, foi selecionada uma amostra de clientes, por método estatístico ou não estatístico, sendo solicitados às entidades auditadas os dados de contacto dos respetivos terceiros. Posteriormente, foi enviado o pedido de confirmação de saldos, com base nas instruções padronizadas constantes do SIPTA Auditoria.

Sempre que foram identificadas diferenças entre os saldos registados na contabilidade da entidade e os valores confirmados pelos clientes, realizou-se a reconciliação desses saldos, procedimento intitulado de Procedimentos Alternativos, solicitando documentação justificativa ou promovendo o ajuste contabilístico, sempre que aplicável.

1.2 Mapas Controlo de Imparidades

Foi também analisado o mapa de controlo de imparidades, com foco em saldos vencidos há seis meses ou mais. Estes saldos foram objeto de verificação individual, solicitando-se esclarecimentos à gerência da entidade auditada sobre a sua recuperabilidade. Em casos em que se verificou um risco elevado de incobrabilidade, foi proposto o registo de imparidades em conformidade com os princípios do SNC.

1.3 Vendas – Validação Listagem de Faturação (Numeração e Sequência Datas)

Solicitou-se às entidades auditadas uma listagem em Excel contendo a totalidade dos documentos de faturação do exercício. Esta listagem foi analisada com os seguintes objetivos:

- Verificação de que não existem quebras na numeração sequencial dos documentos;
- Verificação da coerência cronológica das datas de emissão;
- Análise da eventual emissão de faturas em períodos não laborais (fins de semana ou fora do horário comercial), o que poderia indicar situações anómalas ou controlos deficientes.

Este procedimento teve por finalidade assegurar a integralidade e correção temporal do reconhecimento das receitas.

1.4 Variações de Faturação

Foi efetuada uma análise específica a faturas e notas de crédito emitidas no final e início do exercício, com o objetivo de detetar eventuais manipulações nos *cut-off* de receita. Este procedimento permitiu validar se as transações foram corretamente reconhecidas no período a que respeitam.

1.5 Validação E-Fatura

Verificou-se a coerência entre os valores registados nas contas 71 e 72 (vendas e prestação de serviços) e os totais mensais apresentados no portal e-Fatura. Esta validação visa confirmar que os registos contabilísticos estão alinhados com as declarações fiscais submetidas à Autoridade Tributária.

1.6 Teste Controlo Interno Vendas

Foi ainda realizado um teste de controlo interno, no qual se validou, de forma aleatória, o suporte documental de todo o circuito de vendas. Este procedimento, regra geral, consistiu na verificação sequencial de documentos de suporte, desde a encomenda até à fatura final, passando pela guia de remessa e pelo recebimento. O objetivo foi confirmar a existência de controlos efetivos e o cumprimento dos princípios de segregação de funções.

2 Fornecedores e Compras

No âmbito da auditoria às rubricas de fornecedores e compras, os procedimentos adotados visaram assegurar a existência, exatidão, completude e correção temporal dos

passivos e gastos reconhecidos pela entidade auditada. As metodologias utilizadas basearam-se nas normas ISA 500 - Prova de Auditoria, ISA 505 - Confirmações Externas e ISA 330 - As Respostas do Auditor a Riscos Avaliados.

2.1 Circularização Externa

Tal como aplicado na área de clientes, foi realizada circularização externa, neste caso dirigida aos fornecedores. A seleção foi efetuada através de amostragem estatística ou não estatística, sendo solicitados à entidade os dados de contacto dos fornecedores identificados. As confirmações de saldo foram então remetidas diretamente aos terceiros, com o objetivo de validar a exatidão dos saldos registados.

Sempre que surgiram diferenças entre os saldos contabilísticos e os valores confirmados, foram solicitados documentos de suporte à entidade auditada, procedendo-se à reconciliação dos saldos, procedimento intitulado de Procedimentos Alternativos, e, quando aplicável, à correção dos mesmos.

2.2 Análise Gastos Fixos

Procedeu-se à análise das contas de gastos fixos mais relevantes, nomeadamente a rubrica da eletricidade, água, renda, comunicação e seguros. Esta análise consistiu na comparação das variações mensais ao longo do exercício e entre os exercícios N e N-1, com o intuito de detetar variações atípicas ou inconsistências que pudessem indicar erros ou omissões.

Quanto às restantes contas de gastos, foi adotada uma abordagem de amostragem, estatística ou não estatística, sendo solicitado à entidade o suporte documental correspondente.

2.3 Teste Controlo Interno Compras

Foi igualmente aplicado um teste de controlo interno, com o objetivo de avaliar a robustez e eficácia dos procedimentos da entidade no processo de aquisição. À semelhança do realizado para vendas, este teste consistiu na verificação do circuito completo da compra, que regra geral inclui:

- Cotação ou proposta inicial de fornecedor;

- Aprovação superior nos casos de compras não regulares ou de valor elevado;
- Receção da guia de remessa;
- Receção da fatura e respetivo registo contabilístico;
- Pagamento e documentação de suporte.

Este procedimento permitiu concluir sobre o grau de formalização e de cumprimento das políticas de compras da entidade auditada, assim como sobre a existência de mecanismos de controlo e validação eficazes.

3 Inventários, Consumos e Variações

A área de inventários e consumos assume especial relevância na auditoria, nomeadamente em entidades com stocks significativos ou com elevado volume de transações. Os procedimentos realizados visaram a verificação da existência física dos inventários, a adequação da mensuração e a coerência entre os registos contabilísticos e os sistemas de controlo interno. Estes trabalhos foram realizados em conformidade com a ISA 501 – Prova de Auditoria — Considerações Específicas para Itens Seleccionados.

3.1 Contagem Física VS Inventário Final

Participei diretamente numa contagem física de inventário, realizada a 07 de janeiro, numa empresa do setor da iluminação, metais e máquinas. Durante este processo, foram visitados os diversos armazéns da empresa e realizadas contagens aleatórias a itens específicos.

Para cada item seleccionado, procedemos à análise de todas as entradas e saídas registadas, com o objetivo de apurar a existência física a 31 de dezembro. Posteriormente, os resultados obtidos foram confrontados com o inventário final disponibilizado pela empresa. Esta análise permitiu identificar eventuais discrepâncias e fundamentar as conclusões incluídas no resumo elaborado após a contagem.

3.2 Teste Controlo Interno Inventários

O teste de controlo interno aplicado aos inventários teve como objetivo aferir a robustez dos procedimentos adotados pela empresa na gestão dos stocks, para além do registo financeiro.

Neste teste, foram analisados elementos como:

- Procedimentos de receção e expedição de mercadorias;
- Controlo físico dos armazéns;
- Documentação de transporte;
- Separação e controlo de produtos obsoletos, devolvidos ou consignados;
- Gestão de transferências internas.

É importante destacar que, diferentemente de outras áreas, este controlo foca-se em documentação e práticas operacionais ligadas ao armazém e à logística, não sendo centralizada na área financeira.

3.3 Acompanhamento das Contagens

Foi verificado se a entidade:

- Geria diretamente os inventários ou recorria a terceiros;
- Seguia a metodologia recomendada pelo Revisor Oficial de Contas para a realização das contagens físicas;
- Permitiu o acompanhamento físico das contagens pelo auditor responsável;
- Disponibilizou listagens e suportes das contagens aos auditores;
- Realizou reconciliações presenciais entre os dados físicos e os sistemas informáticos.

Este acompanhamento presencial permitiu validar a coerência entre as quantidades contadas e os registos da empresa, reforçando a fiabilidade da informação reportada.

3.4 Análise Margem Bruta

Complementarmente, foi efetuada uma análise da margem bruta, cruzando os dados da rubrica do custo da mercadoria vendida com os registos de vendas e prestações de serviços. Esta análise foi realizada mensalmente e também por comparação entre os exercícios N e N-1, com o objetivo de identificar variações relevantes, que pudessem indicar erros de mensuração, omissões ou alterações no *mix* de produtos e serviços.

3.5 Instruções escritas para a realização das contagens físicas das existências

Enviámos para todos as entidades auditadas breves instruções no âmbito da boa execução da inventariação.

Estas instruções continham informação essencial, nomeadamente:

- Datas e locais de contagem;
- Itens a inventariar (contagem total ou parcial);
- Procedimentos prévios (limpeza, separação de obsoletos, consignados, etc.);
- Constituição das equipas (contador e administrativo);
- Forma de execução (sequência, identificação com autocolantes, etc.);
- Estrutura das listagens de contagem e método de anotação;
- Situações de risco de distorção (itens em trânsito, devoluções, etc.);
- Procedimentos pós-contagem (reconciliação com sistema, apuramento de diferenças e relatório final).

Este documento revelou-se fundamental para garantir a fiabilidade do processo de inventário.

4 Pessoal, Salários e Trabalho Dependente

A auditoria aos gastos com pessoal tem como objetivo verificar a conformidade dos encargos registados com a legislação laboral e fiscal aplicável, bem como a correta mensuração das estimativas associadas. Os procedimentos aplicados neste ciclo focaram-se na validação dos salários pagos, na estimativa de férias e subsídios, e na verificação dos registos cadastrais, em conformidade com a ISA 500.

4.1 Processamento Salarial

Para validar os registos de remunerações, foi solicitado à entidade auditada o envio das Declarações Mensais de Remunerações (DMR) e das Declarações de Remunerações à Segurança Social (DRI) entregues mensalmente às autoridades competentes.

Estes documentos foram confrontados com os lançamentos contabilísticos da rubrica 63, de modo a garantir a coerência entre os valores declarados fiscalmente e os

valores registados na contabilidade. Foram também analisadas eventuais regularizações ou ajustes efetuados no final do exercício.

Para reforçar a fiabilidade desta análise, foi utilizado o Teste à Estimativa de Férias e Subsídio de Férias, descrito a seguir.

4.2 Registo Cadastral do Pessoal

Foi solicitada a documentação relativa ao registo cadastral de 10 colaboradores selecionados aleatoriamente, incluindo:

- Ficha individual de colaborador (cadastro);
- Recibos de vencimento referentes a dois meses distintos.

O objetivo foi verificar se os dados registados (vencimento base, subsídios e retenções) coincidiam com os valores processados e pagos. Para cada colaborador, foram efetuados cálculos manuais de apuramento da remuneração, os quais foram depois comparados com os respetivos recibos. Esta análise permitiu validar não só a conformidade dos cálculos, como também o correto cumprimento das obrigações legais relativas à remuneração e descontos obrigatórios.

4.3 Teste à estimativa Férias e Subsídio Férias

Com vista à verificação da razoabilidade da estimativa relativa a férias e subsídio de férias a pagar, procedeu-se à solicitação da folha de férias referente ao mês de dezembro, atualizações salariais do ano N+1 e do mapa de antiguidade dos colaboradores.

Com base nestes elementos, foi elaborado um cálculo independente da estimativa de férias e subsídio de férias, que posteriormente foi comparado com o valor reconhecido contabilisticamente. Este procedimento visou assegurar que a entidade seguiu critérios prudentes e consistentes com as boas práticas contabilísticas na mensuração de passivos por remunerações acumuladas.

5 Estado

A área do Estado e outras entidades públicas assume particular importância na auditoria financeira, dada a obrigatoriedade de cumprimento de diversas obrigações fiscais e contributivas. O objetivo principal dos procedimentos aplicados neste ciclo foi

assegurar a correção dos saldos contabilísticos registados nas contas de passivo e de custo do grupo 24 e verificar o cumprimento atempado das obrigações legais, em conformidade com a legislação fiscal e com os princípios do SNC.

5.1 Validar o saldo do Estado

Foi solicitado à entidade auditada o envio dos justificativos relativos aos valores em aberto à data de 31 de dezembro nas rubricas associadas ao Estado, nomeadamente IVA, IRS/IRC retido, Taxa Social Única, entre outros impostos e contribuições.

Para cada conta em aberto, foram requeridos os seguintes elementos:

- Declarações entregues às entidades competentes (ex.: DMR, Declaração Periódica de IVA, etc.);
- Comprovativos de pagamento, emitidos através do portal da Autoridade Tributária (AT) ou da Segurança Social Direta;

Solicitamos ainda as Certidões de não dívida atualizadas, tanto da AT como da Segurança Social, bem como o cálculo da estimativa de imposto.

A análise destes documentos teve como objetivo validar a existência, completude, mensuração correta e reconhecimento adequado dos passivos perante o Estado, bem como detetar eventuais divergências ou situações de incumprimento que pudessem afetar a fiabilidade das demonstrações financeiras.

6 Investimentos

A área dos investimentos, com especial incidência no imobilizado tangível e intangível, exige uma verificação rigorosa da mensuração, existência, imparidade e eventuais ónus associados. Os procedimentos aplicados durante o estágio visaram assegurar a conformidade dos registos contabilísticos com o normativo do SNC, nomeadamente a Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 7 – Ativos Fixos Tangíveis e a NCRF 12 – Imparidade de Ativos.

6.1 Mensuração de Investimentos Não Financeiros

Foi solicitado às entidades o mapa de depreciações e amortizações (Modelo 32), com o objetivo de confirmar:

- A correta aplicação das taxas de depreciação/amortização;
- A correspondência entre os movimentos do mapa e os lançamentos contabilísticos;
- Quando aplicável, a adequação do desreconhecimento de ativos em caso de venda, e respetivo mapa de mais-valias e menos-valias (Modelo 31).

Este cruzamento de dados permitiu validar a integridade e exatidão do valor líquido contabilístico dos ativos não financeiros da empresa.

6.2 Investimentos sujeitos a Registo

No âmbito dos ativos sujeitos a registo, nomeadamente imóveis e veículos, foi efetuada a recolha e análise da documentação legal de suporte às aquisições realizadas durante o exercício.

Foram solicitados:

- Listagem oficial da Autoridade Tributária com os bens imóveis e móveis em nome da entidade;
- Para bens imóveis:
 - Caderneta predial atualizada;
 - Certidão do registo predial, para verificação da titularidade e existência de ónus ou encargos;
- Para bens móveis (viaturas):
 - Documento Único Automóvel (DUA), com igual finalidade.

Este procedimento visou não só validar a existência dos bens, como também identificar possíveis responsabilidades futuras associadas.

6.3 Avaliação Índícios Imparidade

Foi realizada uma análise comparativa entre o valor líquido contabilístico dos ativos (sobretudo imóveis) e os valores patrimoniais tributários (VPT) mais recentes. Este procedimento teve como objetivo apurar possíveis indícios de imparidade, conforme exigido pelas normas de relato financeiro.

Contudo, verificou-se que, em grande parte dos casos, o VPT encontrava-se desatualizado ou desajustado face ao valor de mercado. Por esse motivo, sempre que se

justificava, procedeu-se à realização de avaliações internas, com base em metodologias próprias, detalhadas de seguida.

6.4 Formulário Avaliação Interna – Prédios Rústicos e Urbanos

Nas situações em que os valores de referência não refletiam adequadamente o valor realizável dos ativos, recorreu-se ao preenchimento de um formulário interno de avaliação, por iniciativa da equipa de auditoria.

Neste formulário, foram identificados e analisados os seguintes elementos:

- Localização e artigo matricial do imóvel;
- Descrição do ativo e afetação (uso industrial, comercial, etc.);
- Ano da última avaliação externa, quando aplicável;
- Estado de conservação e eventuais condicionantes legais, ambientais ou urbanísticas;
- Área total em m² e valor médio/m² praticado no mercado.

Com base nestes dados, foi calculado um valor estimado de referência para avaliação da imparidade do imóvel, adotando uma abordagem prudente e compatível com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

7 Responsabilidades com Sociedades Financeiras

A auditoria às responsabilidades perante instituições financeiras tem como objetivo verificar a existência, mensuração correta, e apresentação adequada dos financiamentos obtidos e de quaisquer responsabilidades contingentes, de acordo com os princípios do SNC, nomeadamente a NCRF 27 – Instrumentos Financeiros, e com as normas internacionais de auditoria aplicáveis.

7.1 Empréstimos Obtidos

Foi solicitado à entidade auditada o Mapa de Responsabilidades de Crédito atualizado à data de 31 de dezembro, com detalhe das operações de financiamento contratadas. Este mapa foi confrontado com os saldos contabilísticos registados nas contas do passivo correspondentes, com o objetivo de assegurar a existência e exatidão dos passivos financeiros reconhecidos.

Foram analisadas as condições contratuais associadas (montantes, prazos, taxas de juro, garantias associadas), com vista à identificação de possíveis situações de descapitalização, incumprimento ou cláusulas restritivas relevantes.

7.2 Circularização de Instituições Financeiras

Com o objetivo de obter confirmação direta e independente das responsabilidades financeiras e outros elementos bancários, foi solicitado à entidade que remetesse às instituições com as quais mantém relacionamento bancário uma carta de circularização.

Essa comunicação visava a obtenção de resposta às seguintes 15 categorias de informação, de acordo com modelo padronizado:

- Saldos de todas as contas existentes, condições contratuais e restrições associadas;
- Contas sem saldo e/ou encerradas com movimentos no exercício;
- Valores mobiliários à guarda da instituição (ações, obrigações, etc.);
- Impostos retidos na fonte;
- Letras e outros valores em cobrança ou pendentes;
- Contas a descoberto, contas caucionadas e outros empréstimos detalhados por tipo, taxa, garantia e vencimento;
- Garantias, fianças, avales, cartas de crédito, hipotecas, penhores, etc.;
- Derivados e instrumentos financeiros complexos (*swaps*, *forwards*, futuros, etc.);
- Acordos de saneamento ou consolidação de passivos;
- Responsabilidades vencidas e não liquidadas;
- Valores e operações em contencioso;
- Operações realizadas em nome/benefício de terceiros;
- Acordos de compensação entre contas ou posições;
- Outras operações que representem responsabilidades efetivas ou contingentes;
- Pessoas autorizadas a vincular a entidade perante a instituição.

As respostas recebidas permitiram validar os saldos e responsabilidades registados, identificar possíveis responsabilidades contingentes não reconhecidas e assegurar a conformidade das divulgações com os requisitos normativos.

7.3 Análise de Gastos e Perdas de Financiamento

Foi ainda realizada uma análise à conta 69 – Gastos e perdas de financiamento, respetivamente na vertente da variação mensal dos encargos financeiros registados, comparação entre os exercícios N e N-1 e ainda uma verificação da razoabilidade das taxas de juro aplicadas, face às condições contratuais e à evolução do mercado.

Este procedimento teve como objetivo avaliar a adequação da mensuração dos encargos financeiros e detetar eventuais situações de subavaliação, capitalização indevida de encargos ou omissões relevantes.

8 Meios Financeiros Líquidos

A área dos meios financeiros líquidos — que abrange as contas da classe 1 — é, por natureza, uma das mais suscetíveis a distorções, omissões ou fraudes. Assim, foram aplicados procedimentos rigorosos, com o objetivo de validar a existência, mensuração, completude e apresentação adequada dos saldos e transações associadas, de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos Financeiros e a ISA 240 – As Responsabilidades do Auditor Relativas a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras.

8.1 Caixa

Foi solicitado à entidade auditada o envio da folha de caixa do último dia de cada mês do exercício. Estes documentos foram confrontados com os saldos contabilísticos, tendo sido verificados os seguintes pontos de controlo:

- Existência de Folha de Caixa e/ou Fundo Fixo de Caixa;
- Se as conciliações do caixa são efetuadas mensalmente;
- Se as conciliações são realizadas por pessoa distinta da que regista os movimentos;
- Se existe assinatura da pessoa que executa e da que valida as conciliações;
- Se há acompanhamento e tratamento de pendências detetadas nas reconciliações.

Estes testes tiveram como objetivo assegurar a segregação de funções e a fiabilidade do controlo interno, testado exaustivamente à posteriori, sobre a movimentação de numerário.

8.2 Depósitos Ordem

Relativamente às contas bancárias da entidade, foram solicitados os extratos bancários mensais e as respetivas conciliações bancárias, tendo sido analisadas as reconciliações para todos os meses do exercício. A análise incluiu:

- Comparação entre os saldos bancários e os registos contabilísticos;
- Verificação de que as conciliações são realizadas mensalmente;
- Confirmação de que são executadas e validadas por pessoas diferentes;
- Existência de assinaturas de quem realiza e valida as reconciliações;
- Avaliação do tratamento e acompanhamento das diferenças pendentes.

Adicionalmente, foi verificado se:

- Existiram descobertos bancários e, em caso afirmativo, se havia documentação de justificação e autorização;
- Foram encerradas contas bancárias durante o exercício.

Adicionalmente, foi solicitada a base de dados de contas do Banco de Portugal, de modo a identificar movimentos de abertura e encerramento de contas bancárias no período auditado.

8.3 Outros Instrumentos Financeiros

Para instrumentos financeiros como aplicações de tesouraria, depósitos a prazo ou títulos, foi solicitado o envio dos extratos com cotações a 31 de dezembro. As cotações foram validadas através de fontes públicas (ex.: Investing.com), assegurando a fiabilidade dos valores registados no encerramento do exercício.

8.4 Teste Controlo Interno Caixa

Foi realizado um teste específico ao controlo interno dos recebimentos em numerário, especialmente em empresas com operações em lojas físicas. A partir de uma amostra aleatória de registos do diário de caixa, foram verificados os seguintes pontos:

- Existência do documento “Conferência de Caixa do Dia x” e sua conformidade com o modelo definido pela empresa;
- Preenchimento completo dos campos obrigatórios e anexação dos documentos de suporte exigidos;

- Existência de assinaturas do operador e do gerente de loja;
- Verificação do depósito bancário no dia útil seguinte, confrontando com o valor registado na conferência de caixa.

Este teste permitiu avaliar a robustez do controlo interno sobre recebimentos em dinheiro e a adequação dos procedimentos implementados pela entidade auditada.

9 Revisão das Demonstrações Financeiras e Relatório Gestão

A fase final dos trabalhos de auditoria compreendeu a revisão analítica e crítica das demonstrações financeiras e do relatório de gestão da entidade auditada. Este procedimento tem como finalidade assegurar que os documentos finais refletem adequadamente a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, e em conformidade com as ISA.

9.1 Avaliação dos Saldos de Abertura

Nos casos em que a auditoria é realizada pela primeira vez ou após mudança de auditor, é necessário avaliar os saldos de abertura, conforme ISA 510 – Trabalhos de Auditoria Iniciais – Saldos de Abertura.

O objetivo é obter prova de auditoria suficiente e apropriada quanto à existência de distorções materiais nos saldos de abertura que afetem o período corrente, e se as políticas contabilísticas aplicadas foram consistentes com as do período atual, ou, quando alteradas, se foram devidamente contabilizadas e divulgadas.

Neste contexto, foi efetuada uma análise crítica às principais contas de balanço transitadas do exercício anterior, cruzando com os lançamentos iniciais no exercício corrente, garantindo assim a continuidade e coerência da informação financeira.

9.2 Avaliação dos Acontecimentos Subsequentes

No âmbito da ISA 560 – Acontecimentos Subsequentes foram analisados os eventos ocorridos entre a data das demonstrações financeiras e a data do relatório do auditor, com o objetivo de determinar se existe necessidade de ajuste ou divulgação adicional nas demonstrações financeiras, e/ou existem factos posteriores relevantes,

conhecidos após a emissão do relatório, que requeiram reavaliação da opinião de auditoria.

Este procedimento implicou a leitura de atas de reuniões, entrevistas com a gerência e verificação de eventos financeiros ou operacionais com impacto potencial material.

9.3 Avaliação do Pressuposto da Continuidade

Avaliou-se se o uso do pressuposto da continuidade era apropriado, ou seja, se a entidade estaria em condições de manter as suas atividades no futuro previsível. Este trabalho assentou na ISA 570 revista – Continuidade.

Foram considerados indicadores financeiros (capitais próprios, liquidez, resultados acumulados), indicadores operacionais (quebra de vendas, encerramento de unidades, perdas significativas) e outros fatores externos (condições macroeconómicas, dependência de financiamento externo).

No fim, conclui-se se, para o exercício em análise, estavam reunidas as condições necessárias para manter a aplicação do pressuposto da continuidade.

9.4 Avaliação do Relatório de Gestão

A ISA 700 revista – Formar uma Opinião e Relatar sobre Demonstrações Financeiras orienta-nos para analisar o Relatório de Gestão com o objetivo de verificar se reflete fielmente a atividade e a situação da entidade, se está em conformidade com o artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais e se inclui as menções obrigatórias, como evolução da atividade, principais riscos e incertezas, ramo de atividade, eventos relevantes e perspetivas futuras.

Foi ainda verificado se existe consistência entre o conteúdo do relatório de gestão e as demonstrações financeiras auditadas.

9.5 Validação de Balanço + Demonstração de Resultados

As demonstrações financeiras principais — Balanço e Demonstração dos Resultados — são geradas na plataforma SIPTA Auditoria com base no ficheiro SAF-T de Contabilidade disponibilizado pela entidade auditada.

Este procedimento permite apurar automaticamente eventuais diferenças entre os saldos apurados pelo auditor e os apresentados pela entidade. Sempre que foram identificadas discrepâncias materiais, procedeu-se à sua análise detalhada, solicitando justificações e documentação de suporte à gerência da entidade, e propondo, quando necessário, os ajustes adequados para assegurar a fiabilidade da informação financeira final.

9.6 Validação do Anexo

A revisão do Anexo às Demonstrações Financeiras foi realizada com base numa *checklist* de conformidade, que contempla todos os requisitos de divulgação obrigatória previstos SNC, no Código das Sociedades Comerciais e, quando aplicável, noutras normas legais ou regulamentares.

Este procedimento incluiu a verificação da presença e completude das divulgações obrigatórias, a avaliação da coerência entre o anexo e as restantes demonstrações financeiras, a análise da clareza, atualidade e precisão da informação divulgada e ainda a elaboração de propostas de correção sempre que foram detetadas omissões, incoerências ou erros materiais.

A validação do anexo revelou-se uma etapa essencial para garantir a transparência e a adequada comunicação da informação financeira aos utilizadores das demonstrações.

9.7 Políticas Contabilísticas

Durante a revisão final, foram validadas as principais políticas contabilísticas adotadas pela entidade, conforme descritas nas notas às demonstrações financeiras. Exemplos de verificação incluem:

- Reconhecimento de rédito de contratos de construção com base na percentagem de acabamento;
- Reconhecimento imediato de perdas em contratos onerosos;
- Mensuração de ativos e passivos ao custo histórico ou justo valor, conforme aplicável;
- Critérios de reconhecimento de provisões, imparidades e estimativas.

Este procedimento teve como objetivo confirmar a adequação, consistência e divulgação das políticas adotadas, em conformidade com o referencial de relato financeiro aplicável, SNC ou IFRS.

10 Trabalhos Finais

A fase final da auditoria marca o encerramento dos procedimentos substantivos e culmina com a revisão global do trabalho realizado, visando garantir que todos os objetivos de auditoria foram cumpridos, que os riscos foram adequadamente tratados e que a documentação se encontra completa e coerente com os requisitos das normas internacionais de auditoria. Ainda que esta fase seja conduzida essencialmente pelo revisor oficial de contas e pelos auditores seniores, tive a oportunidade de acompanhar e compreender as principais tarefas que a integram.

Um dos primeiros trabalhos finais desenvolvidos nesta fase prende-se com a acumulação e análise das distorções identificadas ao longo da auditoria. Todas as diferenças detetadas nos testes substantivos são registadas num mapa de distorções acumuladas, o qual é posteriormente analisado para verificar se, no seu conjunto, ultrapassam a materialidade de execução definida no planeamento. Caso tal ocorra, a equipa avalia se será necessário ajustar os procedimentos, solicitar correções à entidade auditada ou considerar um eventual impacto na opinião a emitir. Esta tarefa está relacionada com a abordagem da ISA 450 – Avaliação de Distorções Identificadas durante a Auditoria.

Outro elemento de relevo nesta fase foi a reunião final da equipa de auditoria, conduzida pelo auditor sénior responsável, onde se procede a uma reflexão conjunta sobre o cumprimento do plano de auditoria, os riscos efetivamente enfrentados e os ajustamentos eventualmente propostos. Estas reuniões internas, que tive oportunidade de observar, são fundamentais para reforçar o ceticismo profissional e consolidar o entendimento comum da equipa sobre as conclusões do trabalho. São também um momento de partilha de experiências, esclarecimento de dúvidas técnicas e valorização do papel de cada membro da equipa na obtenção da evidência de auditoria.

Por fim, uma das tarefas que acompanhei superficialmente nesta fase prende-se com o encerramento formal da pasta de auditoria, realizada até 60 dias após a data do

relatório, conforme previsto na ISA 230 – Documentação de Auditoria. Este encerramento consiste na verificação de que toda a documentação relevante foi devidamente arquivada no SIPTA, que todos os papéis de trabalho foram revistos e que eventuais pendentes foram resolvidos. A documentação que não tenha impacto direto nas conclusões da auditoria não pode ser alterada após este prazo, garantindo a integridade e rastreabilidade dos elementos arquivados.

Ainda que a minha participação direta nestes trabalhos tenha sido limitada, a observação deste processo permitiu-me reconhecer a importância de uma revisão rigorosa e sistemática de toda a documentação produzida, bem como a necessidade de manter uma linha de coerência técnica entre os testes aplicados, os resultados obtidos e a opinião emitida. Esta fase é essencial para assegurar a qualidade final do trabalho de auditoria e para garantir o cumprimento do sistema de controlo de qualidade interno da firma, em linha com os requisitos do ISQM 1.

11 Outros Ciclos

Apesar da diversidade de tarefas a que tive acesso ao longo do estágio, importa referir que o tempo limitado deste período, bem como a alocação dos trabalhos de campo em função da complexidade e relevância das áreas, não me permitiram participar de forma direta ou autónoma na execução de todos os ciclos que integram esta fase da auditoria.

Ainda assim, foi-me possível identificar e compreender, por via da observação e de conversas com os colegas da equipa, a existência de outros ciclos de execução que revestem igual importância técnica e que são frequentemente abordados nas auditorias realizadas pela SROC, nomeadamente:

Investimentos Financeiros: Corresponde à análise dos ativos financeiros detidos pelas entidades auditadas, incluindo participações em subsidiárias, coligadas ou associadas, obrigações e outros instrumentos financeiros. A verificação do justo valor, da mensuração e da divulgação são aspetos críticos neste ciclo.

Capital, seus Detentores e Entidades Relacionadas: Envolve o controlo dos registos de capital próprio, identificação dos sócios ou acionistas, bem como a análise de operações com partes relacionadas. Este ciclo requer atenção ao cumprimento da IAS 24 e à adequada apresentação nas demonstrações financeiras.

Provisões e Contingências: Nesta área são avaliados os passivos contingentes, litígios e estimativas de perdas potenciais. A sua correta mensuração e reconhecimento requer, frequentemente, o envolvimento de assessoria jurídica e consulta de pareceres externos.

Subsídios: O tratamento contabilístico dos subsídios recebidos pelas entidades auditadas exige a verificação do cumprimento dos requisitos de elegibilidade e das condições de manutenção. A adequada apresentação na demonstração de resultados e no balanço é igualmente avaliada.

Outras áreas: Como a circularização de advogados, que visa obter confirmação de processos judiciais em curso e potenciais responsabilidades não registadas, conforme previsto na ISA 501.

Revisão das Demonstrações Financeiras Consolidadas: Uma vertente particularmente exigente da auditoria, em que se avalia o processo de consolidação de contas de diferentes entidades do grupo económico, sendo necessário assegurar a coerência, eliminação de transações intragrupo e conformidade com a IFRS 10.

Apesar de não ter tido intervenção direta nestas áreas, o contacto com os seus conteúdos e a leitura dos papéis de trabalho relacionados permitiram-me ganhar uma visão abrangente sobre a amplitude dos procedimentos de execução e reforçaram a consciência da importância de uma equipa multidisciplinar e bem coordenada na realização de uma auditoria completa.